

ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 17-12-2020.

Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e trinta e seis minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Comissário Rafão Oliveira, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Idenir Cecchim, Lourdes Sprenger e Luciano Marcantônio. Em PAUTA, Discussão Preliminar, esteve, em 2ª sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 136/20. Às quatorze horas e quarenta e dois minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 016/20 (Processo nº 0350/20), após ser discutido por Valter Nagelstein, Prof. Alex Fraga, Marcelo Sgarbossa, Adeli Sell, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Karen Santos, Cassio Trogildo, Moisés Barboza e Airto Ferronato e encaminhado à votação por Paulinho Motorista, Mônica Leal e Karen Santos. Na oportunidade, foi rejeitado requerimento de autoria de Karen Santos, solicitando o adiamento, por cinco sessões, da discussão do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 016/20, por oito votos SIM e vinte e quatro votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Marcelo Sgarbossa, Cassio Trogildo, Mauro Pinheiro, Adeli Sell, Prof. Alex Fraga, João Bosco Vaz, Professor Wambert e Cláudio Janta, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Engº Comassetto, José Freitas, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa e Prof. Alex Fraga e Não Airto Ferronato, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário e Valter Nagelstein. Também, foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Airto Ferronato, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 016/20, e foi aprovado requerimento de autoria de Airto Ferronato, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 016/20, por dez votos SIM e vinte e quatro votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Adeli Sell,

Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol e Valter Nagelstein. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 016/20, por vinte e quatro votos SIM e onze votos NÃO, tendo votado Sim Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Engº Comassetto, José Freitas, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 088/20 (Processo nº 0230/20), por trinta e dois votos SIM, após ser discutido por Paulinho Motorista e encaminhado à votação por Mauro Pinheiro, Paulinho Motorista, Cláudio Janta, Karen Santos, João Carlos Nedel, Engº Comassetto, Prof. Alex Fraga, Felipe Camozzato e Valter Nagelstein, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Comissário Rafão Oliveira, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 257/19 (Processo nº 0602/19), após ser encaminhado à votação por Felipe Camozzato, Adeli Sell, Cláudio Janta, Ramiro Rosário e Karen Santos. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 257/19, por vinte e sete votos SIM e dois votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Comissário Rafão Oliveira, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Valter Nagelstein e Não Alvoni Medina e José Freitas. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 257/19, por vinte e oito votos SIM, dois votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Comissário Rafão Oliveira, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano

Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Valter Nagelstein, votado Não Alvoni Medina e José Freitas e optado pela Abstenção Professor Wambert. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 104/19 (Processo nº 0212/19), após ser discutido por Prof. Alex Fraga e Felipe Camozzato e encaminhado à votação por Prof. Alex Fraga. Foram votados conjuntamente e aprovados o Projeto de Lei do Legislativo nº 104/19 e a Emenda nº 01 aposta. Às dezoito horas e vinte e um minutos, em cumprimento a deliberação do Colégio de Líderes, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Boa tarde a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e dois vereadores e vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0333/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 136/20, de autoria do Ver. Mauro Zacher, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Pedro Cezar Dutra Fonseca. **(SEI 042.00030/2020-36)**

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Solicito ao diretor legislativo que proceda à verificação de quórum para a Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e três vereadores e vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 14h42min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em discussão o PLCL nº 016/20. (Pausa.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, tivemos dificuldades de protocolar agora no SEI, farei o requerimento verbalmente, logo na sequência protocolaremos. Solicito o adiamento da discussão do PLCL nº 016/20 por 5 sessões, tendo em vista parecer da Procuradoria do Município que aponta consistentes objeções jurídicas. Assim, pela complexidade do projeto, aliada a essas questões jurídicas que estão sendo apresentadas pela Procuradoria, inclusive a matéria estando *sub judice*, somando os seus significativos e extensos impactos sociais e ambientais propostos no projeto, justifica-se o presente pedido de suspensão da discussão. Ainda de forma conjunta, requer-se diligência junto ao Ministério Público Estadual, que judicializou a matéria referente à Fazenda do Arado, para que preste esclarecimentos sobre os motivos da ação, o que certamente vai nos auxiliar, a Câmara de Vereadores, a deliberar a matéria, buscando sempre essa harmonia entre os poderes da República. Este é o nosso requerimento.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Obrigado, Presidente Pujol. Eu estava dando uma olhada, recebemos aqui a lista dos projetos priorizados, cada vereador. Como o senhor disse no início da sessão, finalmente a Câmara, depois de três anos e meio ou quatro, volta a funcionar a pleno, talvez na penúltima sessão, ou seja, consegue destravar a estratégia do prefeito Marchezan de pedir urgência para tudo e bloquear, deixar a Câmara de joelhos, literalmente. Cada vereador indicou um projeto para essas duas últimas sessões do ano, hoje e na segunda-feira. Pois bem, eu queria pedir ao Professor Wambert, como nós temos uma longa lista, no mínimo 36 projetos acredito eu, não consegui ler todos ainda porque recebemos agora no final da manhã, que concordasse com o requerimento da Ver.^a Karen, ou retirasse de priorização, porque esse projeto é muito complexo. Eu, por exemplo, indiquei um projeto que é um título, ou seja, não terá dificuldades, acredito eu, ainda mais, pela figura do Rafael Guimarães, mas, enfim, eu percebi numa primeira leitura, até o 15º, projetos de uma certa, não vou dizer simples, são importantes para a cidade, mas projetos não com essa complexidade. O projeto que o senhor traz aqui tem a judicialização colocada, está *sub judice*, ele tenta corrigir o que é um absurdo jurídico, uma outra legislação, inclusive teve uma audiência pública muito conflituosa, quem participou dessa audiência percebeu, visualizou, não quero usar nenhuma palavra forte aqui, mas foi intensa, eu diria assim, essa audiência pública. Então, claro, sabemos que o governo Melo já tem maioria para aprovar o projeto, sabemos de tudo isso, mas eu queria lhe pedir encarecidamente, porque eu acho

que começar com esse projeto é começar mal, é começar tentando votar, na última sessão do ano, um projeto de alta complexidade. Então eu gostaria que o Professor Wambert desse acordo aqui ao Requerimento da Ver.^a Karen e deixasse para o ano que vem, com o governo Melo, fazer um debate. Eu não estou aqui dizendo.... Teve audiência pública? Teve, foi dura a audiência, foi muito difícil, praticamente todas as manifestações contrárias ao projeto levantaram essas questões jurídicas, então, eu acho ruim, para as duas últimas sessões do ano, começarmos com um projeto tão complexo e tão contraditório como esse.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Presidente, obrigado; boa tarde aos colegas vereadores, diretor Luiz Afonso e todos os demais que nos acompanham na sessão. Logicamente, nós não podemos concordar com o requerimento ora apresentado, nós todos fizemos um grande esforço para destravar a pauta, trabalhamos bastante, votamos o orçamento ontem, não obstruímos, para podermos justamente chegar neste momento de votar os projetos dos vereadores. Agora, me desculpe, Ver. Marcelo Sgarbossa, se o projeto é mais ou menos complexo, ele vai ter que ser enfrentado. Aqui, sempre no final de cada ano, é feita essa indicação de projetos, e ninguém fica obstruindo o projeto de ninguém. Vamos tratar do projeto, vamos discuti-lo, vamos encaminhá-lo e quem é a favor, vota a favor, quem é contrário, vota contrário. Ficar trazendo aqui questões jurídicas, que foram enfrentadas em outras iniciativas, é justamente o que precisamos fazer na discussão do projeto, não um requerimento para fazer um adiamento por cinco sessões, o que vai inviabilizar que o projeto seja tratado ainda este ano, nesta legislatura.

Portanto, quero aqui alertar, que se essa for a mesma de encaminhamento dos colegas, ficar obstruindo as matérias que foram legitimamente elencadas pelos colegas vereadores, nós podemos aqui chegar ao final da legislatura sem votar nenhum outro projeto, porque vai ser requerimento em cima de requerimento. Vamos enfrentar as matérias. Quem for favorável, vota favorável, fazendo as discussões, os encaminhamentos, e quem for contrário, vota contrário. Encaminho, em nome da bancada do PTB, contrário ao requerimento para que possamos enfrentar esta matéria e todas as outras, complexas ou não complexas. Agora chegou o momento de enfrentarmos todas que estão priorizadas. Obrigado, vamos rejeitar o requerimento e vamos imediatamente voltar à discussão do projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente, eu vou ser bastante breve, até porque não quero ficar obstruindo a votação dos projetos. Eu sou um dos vereadores que não apresentou nenhum projeto para votação neste final de ano, mas me comprometo, com todos os vereadores que têm os seus projetos, a participar de todas as sessões extraordinárias que tiverem para a votação dos projetos. Independente de horário, fico até o final para votar os projetos dos colegas vereadores, principalmente desses vereadores que, infelizmente, não conseguiram a sua reeleição, por escolha da sociedade, para que eles possam votar seus projetos antes do final da legislatura. Então assumo esse compromisso com todos os vereadores; agora não assumo compromisso com os vereadores que vão ficar obstruindo a votação dos projetos. Eu não decidi ainda o meu voto, se sou favorável ou contra, estou estudando aqui o projeto do Ver. Wambert, mas eu quero dar oportunidade para os vereadores votarem os seus projetos. Portanto, peço para a Ver.^a Karen, encarecidamente, que retire essa chicana, essa manobra política para obstruir a sessão, para que a gente possa votar os projetos de todos os vereadores, inclusive os dela, se ela tiver, os do Alex, os do Oliboni, os do PT. Agora, se eles ficaram trancando a pauta, prejudicando, depois não contem comigo para votação dos seus projetos. Obrigado, vereador. Espero que a Ver.^a Karen tenha bom senso e retire essa tentativa de obstrução do projeto do colega Ver. Wambert. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos, pela oposição.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Da minha parte, não tem nenhuma questão relativa ao proponente da proposição, ele tem o direito de escolher o seu projeto, assim como tenho direito de escolher o meu, como também já falaram aqui, Marcelo, Trogildo e Mauro. Não tem chantagem da minha parte, espero que não tenha chantagem da parte de ninguém. É que esse projeto, não é porque se trata do Ver. Wambert, mas ele tem uma judicialização, teve uma audiência pública. Eu só estou colocando que, por uma questão de sensatez, a gente postergasse. Não querendo postergar, tudo bem, nós vamos ao voto, mas que fique registrado que não aceitamos esse nível de pressão. Se quiserem votar contra o projeto que eu tenho, um projeto assinado por metade desta Casa, podem votar contra, não tem problema nenhum, a história estará registrando. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol, nosso Presidente, colegas vereadores, vereadoras, eu gostaria apenas de fazer um pequeno alerta com relação a esse projeto. Existe uma recomendação do Ministério Público Estadual, na figura da Dra. Débora Menegat, de que a Prefeitura, o governo não discutisse e nem votasse alterações do Plano Diretor da nossa cidade durante o período de pandemia. Só faço essa ressalva para os colegas, tentando contribuir para a discussão. Eu acredito que se essa é a visão do Ministério Público, nós deveríamos respeitar esse posicionamento para garantir minimamente que nós posamos respeitar as outras instâncias e os outros poderes. Agradeço a compreensão e a atenção de todos e sigamos ouvindo as opiniões dos colegas.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Presidente, na verdade eu gostaria de um esclarecimento seu ou do autor: pelo que eu li, o Ministério Público teria dito que a primeira audiência pública não valeria, porque o projeto ainda estaria tramitando no Executivo, e tinha que ter uma audiência pública quando estivesse no Legislativo. Então eu queria saber o que o Ministério Público apontou sobre o mérito desse projeto, porque eu estou confuso ainda.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos, como autor.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PTB): Discutindo o requerimento, eu nem vou entrar no mérito do projeto ainda, tirando as dúvidas dos colegas. É falsa a afirmação de que o mérito do projeto está sendo discutido – o tema, melhor dizendo. Houve um projeto em 2015, aprovado nesta Casa, e como não aconteceu uma audiência pública, essa lei foi judicializada e os efeitos suspensos em decisão liminar. Jamais o Ministério Público ou o Judiciário entraram no mérito do tema, que é a alteração do nosso Plano Diretor. Eu fico muito triste, como foi dito aqui, nas últimas sessões, quiçá da minha vida como vereador; não foi reconduzido pela vontade soberana do povo de Porto Alegre, a quem respeito muito – o povo é sábio,

sabe o que faz. Eu quero lembrar aos colegas que o Ministério Público não é poder; o Ministério Público opina, ele não decide, quem decide é o Judiciário. Então o Ministério Público não é uma instância a quem esta Casa tem que estar recorrendo e pedindo opinião sobre os nossos projetos. Isso é um suicídio institucional, isso é um haraquiri do legislador, legislador que se diminui, que não tem a coragem de discutir os temas e se esconde atrás do Ministério Público.

Bom, eu entrei com esse projeto de lei, ele é idêntico ao de 2015, foi sanado o vício formal, e só foi isso que foi discutido, da ausência de uma audiência pública. Ouvimos todas as manifestações de quem é contrário ao projeto, e eu quero ter o direito de discuti-lo e encaminhá-lo, momento no qual eu vou refutar todas as mentiras, todos os absurdos e todas as falácias que são ditas sobre esse projeto. Então eu peço aos colegas que, encarecidamente, discutam e tenham coragem de votar, mas não me privem, no último momento do meu mandato, do meu direito de legislar, passando esse projeto e adiando a sua votação. Eu quero ir para o voto: se esta Câmara, democraticamente, achar que o projeto não é bom para a cidade, eu aceitarei com resignação, mas eu quero discuti-lo. Muito obrigado, colegas.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Vereadores, eu acho que é normal haver divergência sobre os projetos, divergência dentro da própria Casa, na Justiça, na Procuradoria, Executivo e Legislativo, se não nós não precisávamos existir, se houvesse uma convergência de todos nós não precisaríamos existir. Eu acho que cabe a cada um, dentro do nosso entendimento e do nosso conhecimento, apresentar os nossos projetos, sustentá-los e defendê-los. Esse projeto que se fala, do Arado, se ouve falar há muito tempo na Câmara dos Vereadores, há muito tempo é discutido na Câmara de Vereadores. Teve audiências, teve visitas da Câmara de Vereadores por duas três vezes lá, visitando tudo que existe... Agora, nós não podemos travar o desenvolvimento da cidade, nós não podemos continuar dando discurso de que a Lomba do Pinheiro fica sem água, que várias regiões de Porto Alegre ficam sem água – aí nós não permitimos que haja investimentos na região. Em vários lugares do Brasil, o meio ambiente, o desenvolvimento econômico e o social, que são um tripé, eles caminham juntos, então eu acho que nós temos que nos preocupar com as questões ambientais, com os critérios, mas não travar esse desenvolvimento, não se apegar a pequenices, que o Ministério Público, que não sei o quê... a pequenices! O que existia de errado no projeto é que não tinha sido feita uma audiência pública, algo que já foi cumprido! Acho que nós temos que enfrentar, sermos favoráveis ou contra, mas temos que parar de obstruir; nós ficamos com a nossa pauta travada por muito tempo, não pudemos encaminhar. Tem vereadores que estão saindo e tiveram que escolher entre seus projetos. Eu mesmo –

quero agradecer à população de Porto Alegre, a todos os pré-candidatos a vereador, vereadores que concorreram comigo –, se não tivesse os votos gerais que o meu partido fez, eu estaria que estar escolhendo um projeto entre dezenas que tem aí para votar, inclusive de Título de Cidadão, uma série de coisas, para ser votado na Ordem do Dia. Eu ainda tenho uma chance, por mais quatro anos, de reapresentar meus projetos; os pares que estão saindo não têm essa chance, mas eles têm esse direito de botarem o seu projeto para votar, e é o que nós queremos: votar a favor ou contra, votar o projeto dos colegas que, infelizmente, a população de Porto Alegre não reconduziu para continuarem fazendo, todos eles, esse brilhante trabalho que fazem na Câmara de Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Não havendo mais quem queira encaminhar a votação, será colocado em votação. Solicito ao nosso diretor legislativo que faça a coleta dos votos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Registro que o Presidente não vota por se tratar de maioria simples. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cassio Trogildo, o requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADO** por 08 votos **SIM** e 24 votos **NÃO**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro rejeitado o requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Eu votei “não” para dar oportunidade de entrarmos no mérito, eu quero analisar o mérito para dar meu voto.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Se fosse uma transferência por uma sessão; bom, segunda-feira votaríamos, teríamos mais alguns dias para analisar; agora, cinco sessões é para não votarem, e o autor tem o direito de discutir, ganhar ou perder no voto! Por isso votei “não”.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Tem alguns vereadores aqui nesta Casa com quem não adianta fazer acordos, porque eles não cumprem. Por isso votei “não”.

VEREADOR MOISÉS BARBOSA (PSDB): Como bem disse o colega Mauro Pinheiro, acordos são feitos para serem cumpridos. Eu votei “não” ao requerimento que trava a nossa sessão.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0350/20 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 016/20, de autoria do Ver. Professor Wambert, que ratifica, para todos os efeitos, as alterações dos limites da Macrozona (MZ) 08, entre as Unidades de Estruturação Urbana (UEU) 078 e 080, das Subunidades 01 e 09 da UEU 078 da MZ 08 e das Subunidades 01 e 02 da UEU 080 da MZ 08 e a criação das Subunidades 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da UEU 078 da MZ 08 e das Subunidades 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12 da UEU 080 da MZ 08, constantes do Anexo 1.1 da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) –, e alterações posteriores, bem como as definições dos respectivos regimes urbanísticos para as novas Subunidades, e dá outras providências. **(SEI 046.00051/2020-58)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CEDECONDH E COSMAM**. Relator-Geral Ver. Cassio Trogildo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 07-12-20.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em discussão o PLCL nº 016/20. (Pausa.) O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD): Sr. Presidente; Ver. Professor Wambert, que é autor desta matéria; Srs. Vereadores, eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Ver. Professor Wambert, porque eu acho que ele faz justiça com o projeto de lei que ora está propondo.

Eu tenho bastante conhecimento sobre esse assunto, na medida que tramitou, inclusive, na Secretaria do Urbanismo no período que estava à frente da Secretaria. Inclusive, no período que nós recriamos a zona rural de Porto Alegre. Naquele período, houve uma articulação muito proativa nessa recriação, e eu quero render a minha homenagem ao Ver. Cassio Trogildo, ao então Ver. Kevin Krieger, que são os grandes responsáveis pela recriação da zona rural, junto comigo, que também era secretário do Urbanismo, e com agora prefeito eleito de Porto Alegre, Sebastião Melo, porque foi no gabinete do então vice-prefeito Sebastião Melo que nós definimos encaminhar para a Câmara de Vereadores o projeto de lei da recriação da zona rural. Quero dizer que, quando nós fizemos isso, essa área específica do Arado já tinha regime

urbano específico. Esse regime urbano que agora o Ver. Professor Wambert está buscando corrigir e repor.

Portanto, esse projeto tinha sido anterior à votação da zona rural. O que é isso? Quando a gente estuda direito, e uma cadeira específica no direito que se chama Direito das Coisas, a gente trata do direito de propriedade. E a gente aprende que o direito de propriedade tem algumas faculdades, quais são elas? O direito de usar, o direito de gozar, o direito de fruir e o direito de dispor. Então, o proprietário pode exercer todos esses poderes – foi isso que o proprietário buscou, fazer através de um projeto de lei que foi aprovado. O proprietário é dono de uma área, nessa área ele buscou desenvolver um empreendimento imobiliário dentro dos padrões que a legislação determina, e foi encaminhado um projeto de lei para a Câmara. Esse projeto foi aprovado naquela ocasião, há cinco anos, como bem disse o Ver. Professor Wambert. E não foi cumprido por um equívoco, por uma formalidade, que era a realização da audiência pública. E por essa formalidade, não pelo mérito do projeto, o Ministério Público se insurgiu, entrou com uma medida judicial e obteve, como disse o Ver. Professor Wambert, liminarmente a cassação dos efeitos daquela lei que soberanamente a Câmara de Vereadores aprovou.

Portanto, nunca se discutiu o mérito, nem tão pouco se entrou na questão do licenciamento; aliás, entrou-se somente *en passant* na questão da contrapartida, que foi negociada, que é a doação de uma parte significativa desse empreendimento para construção da estação de tratamento de águas do Arado, que está sendo levado a cabo hoje pelo DMAE. Portanto, uma das contrapartidas que está estabelecida lá é exatamente a doação de uma área para que nessa área seja construída adutora que vai beneficiar centenas de milhares de pessoas na Zona Sul de Porto Alegre, incluindo a Lomba do Pinheiro, a Restinga, a Pitinga e outras coisas a mais, e que está condicionada no termo que foi de compromisso, que foi firmado lá dentro do processo original, que está condicionado à execução desse projeto que tinha sido aprovado.

Então, o Ver. Professor Wambert faz justiça, ele repõe. Depois disso, foi ideologizada essa questão de tal forma que até se patrocinou uma invasão indígena lá dentro para se criar uma aldeia lá dentro que nunca existiu, aquilo sempre foi uma área – sabe-se desde sempre – privada, antigamente o proprietário era o Dr. Breno Caldas, que era o dono do Correio do Povo, sempre foi a fazenda do Dr. Breno Caldas, e nunca se teve notícia de um assentamento indígena, ou de um aldeia, que foi artificialmente, a partir dessa ideologização, levada a cabo por alguns partidos, criada lá dentro.

Então, parece-me que não tem celeuma, não tem discussão, a não ser para quem, de fato, quis ideologizar. Eu acho o que de fato estamos fazendo hoje é restabelecer justiça num projeto que já tinha sido há cinco anos aprovado e, se aprovado novamente, eu espero que seja, não vai eximir o empreendedor de obedecer aos regramentos e todas as exigências que a lei ambiental faz e que ele vai ter que fazer, evidentemente, no momento em que ele for fazer o seu EVU, e no momento que tiver que fazer o seu licenciamento. Era isso que eu queria dizer. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Eu agradeço a V. Exa. pelo seu pronunciamento, que foi rigorosamente dentro do tempo regimental. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCL nº 016/20.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. Agora estamos em discussão do projeto de lei especificamente. Eu trago para este nosso momento de discussão um problema bastante grave que está presente na proposição legislativa do Ver. Professor Wambert, que é justamente a alteração de uma área de proteção situada justamente na Fazenda do Arado Velho.

Para quem não conhece a região, existe uma região que é a reserva da biosfera, uma grande extensão de Mata Atlântica nativa; e, na continuidade próxima ao lago Guaíba, nós temos uma grande área de várzea. Essa área de várzea foi apontada por técnicos do IPH da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como uma das grandes responsáveis por uma captação de água do Guaíba em períodos de cheias, em períodos de inundações. Portanto, ela é considerada uma região de bacia inundável que gera o amortecimento das cheias do lago Guaíba. O projeto do Ver. Professor Wambert traz uma alteração, e essa área que era uma área de proteção poderia permitir a edificação, inclusive está nos projetos da construtora, do empreendedor, a construção de um hotel com uma marina. A questão da marina, já existe um trapiche na área, não seria o problema, mas a construção de um hotel demandaria aterro nessa região, o que elevaria o nível do solo, fazendo com que essa região deixasse de cumprir a sua função para o Município de Porto Alegre, que é justamente captar águas nos momentos de cheia. Isso poderá e deverá agravar o problema que nós temos esporadicamente no Município de Porto Alegre, quando temos uma situação de precipitação muito intensa e ventos sul. Nós já tivemos recentemente o histórico de transbordamento das águas do Guaíba e grandes alagamentos, inclusive boa parte dessas águas fez o traslado do calçadão da orla de Ipanema, chegou próximo às casas. Se nós tivermos o aterro dessa região de várzea, nós agravaremos o problema e pioraremos a situação nesses momentos de chuvas muito intensas no Município de Porto Alegre.

Então, peço a atenção de todos, não é apenas uma pequena disputa entre moradores da região, não é ser contrário, única e exclusivamente, a empreendimentos. Como biólogo, eu luto pela preservação dos espaços verdes, isso nos dá qualidade de vida, mas vamos um pouco além disso: aterro nessa região vai causar problemas severos, não apenas na Zona Sul, não apenas no Extremo-Sul da cidade, mas em toda a região que costeia o lago Guaíba, ou as regiões ali do delta do Jacuí. Portanto, peço a atenção e sensibilidade dos colegas vereadores para que nós rejeitemos essa proposta legislativa. Obrigado, boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLCL nº 016/20.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Obrigado, Presidente Pujol. Eu lamento um pouco o tom que foi colocado pelos vereadores ainda quando da discussão do requerimento de adiamento, que poderia ser por uma sessão somente, na verdade, era um pouco... Um projeto como esse, de tamanha polêmica, quem assistiu a audiência pública e pôde dar uma olhada no *chat* entendeu o tamanho da polêmica que está instalada em relação a esse projeto. Então, a minha discordância é no sentido de que não se quer uma conflitualidade maior da que já existe. Ao ser aprovado esse projeto, ele justamente criará ainda mais animosidade, judicialização, que já há, provavelmente uma nova judicialização, foi falado na audiência pública, eu não estou aqui colocando nenhum alerta, nem nada, várias pessoas da área falaram sobre uma possível judicialização, caso a aprovação do projeto fosse concluída.

E tem uma questão de mérito, não vou repetir, os argumentos do Ver. Alex já são bem sólidos, uma visão estritamente ambiental, mas aqui estamos falando como está se pensando a cidade. Um empreendimento imobiliário ali é um empreendimento de alto custo para pessoas de uma faixa de alta renda, ela depois trará toda a necessidade do poder público de alcançar os equipamentos públicos, as condições de água, esgoto, enfim, todo um custo público, fruto de uma decisão que beneficiará algumas pessoas.

Então, eu quero sempre lembrar aqui que nessa região já foram instalados outros empreendimentos e que não trouxeram desenvolvimento para a região, basicamente foi criado uma distância entre pessoas que trabalham na região central, ou seja, mais deslocamento, é mais criação de distância, quando, na verdade, o grande debate de planejamento urbano é justamente melhorar a ocupação dos espaços ociosos da cidade. Não se ocupa os espaços ociosos da cidade criando mais distâncias, é justamente o contrário, mais distância que você cria, mais necessidade de deslocamento, mais congestionamento, mais necessidade de infraestrutura inexistente puxada pelo poder público. Então, uma cidade racional é uma cidade que ocupa melhor os seus espaços. E a pessoa que quer morar na Zona Sul, quer morar num lugar mais verde, bom, basta circular na própria Zona Sul, na própria região de Viamão, em torno aqui, há inúmeros sítios para vender. A pessoa que quer morar num local com mais verde, ela pode ir para um sítio, não precisa ser num condomínio feito, digamos assim, para pessoas de alto rendimento financeiro.

Então, basicamente, as pessoas que se colocam contra a esse projeto, da comunidade, os que não são da comunidade não estão dizendo que não possa fazer nada, pode-se inclusive fazer algo que tenha uma lucratividade, mas não algo que destrua aquele espaço, não é bom nem para o próprio empreendimento destruir aquele espaço. Destruir aquele espaço é justamente um erro, vai diminuir inclusive a própria atratividade de mercado. Então, se nós tivéssemos assim uma... Foi a minha fala na audiência pública: vamos botar a bola no centro, vamos conversar. Estou dizendo no sentido genérico: vamos conversar qual a alternativa viável, lucrativa, inclusive, para quem é o proprietário da área para que se faça de forma que se aproveite, que se tenha um lucro e que não se destrua o ambiente que está ali preservado – essa é a questão. Ninguém quer deixar lá sem nada, pode ser para visitação, pode ser simplesmente o

hotel, estou aqui chutando, não tenho procuração de ninguém e acho que é um tema da cidade, não é um tema só do bairro, mas poderia ter ali uma vocação para turismo, para visitas ecológicas, para hotel fazenda, para, sei lá, estou falando o que vem na cabeça, posso estar errando aqui muito, mas estou dizendo que temos que pensar fora da caixa.

Se o desenvolvimento sempre está atrelado à destruição ambiental, e à geração de novas distâncias, com mais necessidade de deslocamento, perdoem-me os colegas que têm essa visão de cidade, estão totalmente equivocados. As cidades inteligentes têm adensado, e Porto Alegre tem muito espaço vazio na região central da cidade, como o centro de Porto Alegre, ali perto da PUC. E são essas regiões que poderiam ser melhor ocupadas. Precisamos enfrentar este debate: alguns estão com espaços ociosos, há uns vazios, com terrenos baldios, foi essa nossa discussão no IPTU progressivo, para inibir o sujeito que deixa o terreno parado na região central para... (Problemas na conexão.) ...a valorização, isso se chama especulação imobiliária.

Então, eu lamento que ao colocar em votação... Eu já adivinho o resultado aqui, o projeto será aprovado, o governo Melo tem acordo nesse projeto, será aprovado, o governo Marchezan também apoia. Então, será aprovado, não precisa ter bola de cristal para entender, mas eu lamento, porque ele é aprovado no tom de conflitualidade ainda mais acirrada. Então, podem vencer, mas provavelmente gerarão lá um grande desconforto, até judicialização do processo. Eu lamento, porque a ideia era conversar. Eu percebi que na audiência pública tinha ânimo e espaço para diálogo, colocando o projeto para o público, acho que tinha espaço para um diálogo racional. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCL nº 016/20.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Não usurei todos os meus minutos, até porque eu estive na audiência pública, eu escutei e li a baixaria que foi essa audiência pública. Em público, essas pessoas jamais diriam o que colocaram atrás de um telefone, no *chat*. Um bando de covardes, pessoas inescrupulosas, mentirosas, grosseiras, colocando coisas do arco da velha; eu me enojei. Jamais eles iriam para a Câmara de Vereadores, um local público, falar as baixarias que falaram. Essa é a cretinice dos dias atuais, este projeto não vai para a frente porque tem judicialização, ponto final, independentemente de quem seja o autor, vai ser uma peleia, uma peleia sem fim. Eu não vou entrar nas questões ambientais que o Ver. Alex Fraga colocou, porque ele é biólogo, vou entrar nas questões, inclusive, urbanísticas. Não tem condições, ele fere a nossa estrutura urbanística aqui da cidade de Porto Alegre, disse. Agora, não adianta vir com baixaria, baixaria não ganha absolutamente nada. Que viva a democracia da Câmara de Vereadores! Ponto final, falei.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para discutir o PLCL nº 016/20.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PTB): Sr. Presidente, colegas vereadores. É preciso estabelecer a verdade, eu não tenho tempo aqui, só tenho cinco minutos para refutar algumas falácias e inverdades colocadas, insultos, como aberração jurídica. Não quero usar argumento de autoridade, lembrar os colegas que sou mestre e doutor em direito e professor há 20 anos, mas, se for necessário, direi. Não há discussão de mérito na justiça, como falei antes, é uma formalidade que foi vencida neste novo projeto. Vou começar pelas inverdades que foram colocadas aqui: a faixa de praia fica exatamente no que será a maior reserva florestal privada do Brasil, 93 hectares. Essa faixa, inclusive, pode ser cedida ou para o Ibama ou para a Funai, mas a intenção é que o público tenha acesso, possa fazer trilhas, são 2 quilômetros de praia, 1 quilômetro balneável que vai ficar aberto para a comunidade. Não será construído hotel; o hotel está na outra faixa de 53 hectares que será também intocável, o hotel é a casa da fazenda que foi a casa do Breno Caldas, com 70 cômodos. É importante que os colegas saibam que, dos 426 hectares, apenas 29% serão urbanizáveis – 29%, colegas! Então, tem muita inverdade sendo dita sobre este projeto. Noventa e três da área florestal que fica na margem, que fica na praia, 93 hectares, será a maior reserva florestal privada do Brasil, ou não, porque o Ibama pode encampar ou a Funai também, se for o caso. A questão dos índios já foi decidida pela justiça, é uma falácia também, já tem decisão judicial para tirar os índios de lá, chegaram de barco, como Cristóvão Colombo e Pedro Álvares Cabral, chegaram na praia, não estão lá há muitos anos. Desses 426 hectares, 300 hectares vão ficar intocáveis, porque, além dessas duas áreas de 53 hectares onde ficaria o hotel-fazenda em que a sede já está construída, é proibido construir lá, é proibido, os 93 hectares da reserva florestal, nós temos áreas com cotas abaixo de 3,23 metros, que é a área inundável. Então, nessa área não se pode construir e não será construído. Juntando tudo isso, são 300 hectares, 29% resta para a urbanização e para a construção de, no máximo, 570 economias ou casas ou comércio. O projeto prevê a avenida mais larga da cidade porque vai preservar as margens do canal, são 70 metros de largura, e uma avenida que vai levar do Belém Novo até a Estrada do Lami, aberta ao público, não é servidão de passagem, uma avenida que será construída sem considerar a duplicação de parte da própria Estrada do Lami, que será duplicada como uma contrapartida.

Outro benefício deste projeto é que ele ajuda a transição, ele não é em área rural, é área urbana, mas é uma área de expansão que mantém as características do bairro e é uma área de transição, ou seja, não vamos ter uma ruptura abrupta entre o que é urbano e o que é rural. Preserva o ambiente natural com essas zonas baixas e vai oferecer como contrapartida a doação do terreno para estação de tratamento da água, a criação de um centro de meio ambiente que vai impulsionar estudos de mudanças climáticas energéticas, recursos hídricos, construção de um trapiche flutuante em frente ao antigo restaurante Poletto lá no Belém Novo, restauração do restaurante Poletto, criação do espaço multiuso ecológico para a comunidade, revitalização da área com a criação de um museu indígena e da língua gaúcha, regularização fundiária na região de

planejamento 8, que é o Extremo-Sul. É um projeto importantíssimo para a sociedade; inclusive, prevê o deslocamento fluvial para o Centro de Porto Alegre. Esse trapiche, que também já existe há 40 anos e que está regularizado, pode ser usado – e é intenção que se use – para desafogar o trânsito da Zona Sul para Porto Alegre por caminhos fluviais.

Eu fui um dos militantes que defenderam o Pontal do Estaleiro, eu vou ser coerente, eu acredito no desenvolvimento sustentável, eu sou professor de ética ambiental, eu passei um pente fino neste projeto antes de colocar o meu nome nele. Eu apelo aos colegas que o aprovelem e não caiam nas falácias, nas armadilhas retóricas e nas mentiras que estão sendo colocadas nessa discussão. Grande abraço e muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLCL nº 016/20.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Presidente Pujol, eu fui contemplado amplamente na fala do autor do projeto Ver. Professor Wambert, então, vamos avançar na pauta, vamos para a votação.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver^a. Karen Santos está com a palavra para discutir o PLCL nº 016/20.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Então, pessoal, estou indignada com a fala do Ver. Wambert, com a fala do Ver. Valter Nagelstein. Eu vivi para ouvir chamarem indígenas de invasores, Nagelstein, em 2020. Eu acho que essa fala do Nagelstein, que foi muito bem complementada pela fala do Ver. Wambert Di Lorenzo, que os indígenas chegaram de caravelas tal qual os colonizadores, isso daí expressa muito bem o conteúdo higienista, racista, elaborado de uma forma burra, que foi feito por esses vereadores. É disto que nós estamos falando: de racismo. Novamente, toda a comunidade Mbyá-Guarani se sente ofendida com esses tipos de argumentações baixas e, inclusive, com o aval das risadas do Ramiro Rosário. Eu tenho o desprazer de compartilhar a tela junto com o ver. Wambert de Lorenzo, então eu consigo acompanhar, Ramiro, as tuas expressões, e a tua expressão facial fala por si, eu vejo quando tu achas graça de uma forma desrespeitosa de tratar esse povo, que, historicamente, são os donos dessas terras. A branquitude tem muita dificuldade de dar o espaço, de dar o lugar, porque a gente não quer, Ver. Wambert, os indígenas num museu, como o senhor colocou, que é a contrapartida, nós queremos os indígenas vivos em cima das suas terras. A gente fez o requerimento justamente porque, infelizmente, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, as decisões já estão colocadas muito antes

de começar a discussão, e é assim que funciona a democracia, quem tem poder econômico determina a ordem do dia, o regime de urgência, determina os projetos que vão ser votados, quem encaminha esses projetos se não a especulação imobiliária. É disso que nós estamos falando, é assim que funciona a democracia, e o requerimento é um instrumento tão legítimo quanto qualquer outro. Vocês têm muita dificuldade de entender isso quando isso é utilizado por segmentos da sociedade que não corroboram com essa visão de mundo de vocês em que o progresso e o desenvolvimento é para quem consome, não para o povo trabalhador que, cada vez mais, está sendo jogado para as margens da cidade, lá onde falta água, lá onde falta luz, lá onde os equipamentos públicos são escassos, é essa a lógica de progresso e de desenvolvimento de 520 anos neste País, que inclusive utiliza as leis como principal promotor de toda essa exclusão. É assim que funciona, nem sempre tu matas o índio a paulada, muitas vezes são essas leis, que nós inclusive estamos aprovando agora, estamos discutindo com esses argumentos toscos, chamando indígena de invasor de terra, são essas as leis que vão promover o genocídio desse povo secular que resiste, apesar da opinião pífia e preconceituosa de vocês. Então, acho que a gente tem que conseguir colocar este projeto dentro desses marcos, marco ambiental, marco que afeta um povo milenar e que, enfim, se a justiça não reconhece, a gente nunca precisou da justiça para reconhecer a nossa humanidade. Não é à toa que o Brasil foi um dos últimos países do mundo a abolir a escravidão. Se dependesse de parlamentos como este, com certeza a gente ainda estaria com uma corrente no nosso pé. É disso que nós estamos falando, de racismo, de crimes continuados a povos originários – não adianta balançar a cabeça, Ramiro –, porque é disso que estamos falando, de humanidades que estão sendo negadas, de território, de identidade, de ancestralidade. Para eles, terra não é só empreendimento, não é só aquilo que dá dinheiro, para eles, terra é toda uma relação de uma cosmovisão com a sua ancestralidade. Tem outra forma de se relacionar com o meio ambiente, não essa forma predatória que está levando a nossa humanidade para o buraco. Não são à toa todas essas crises climáticas. É disso que nós estamos falando, só para dizer que fiquei bem abismada com os comentários que foram feitos para legitimar esse crime que está sendo votado.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLCL nº 016/20.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Mais uma vez, boa tarde. Creio que as explicações do Ver. Professor Wambert foram muito abrangentes, com muita qualidade, mas eu me inscrevi neste período de discussão para fazer algumas complementações. Não entendo que divergir, na democracia, seja pecado, e parece que, quando se tem posições divergentes, se vira racista e outros termos que foram colocados, criminosos e tudo o mais. Queria lembrar alguns colegas mais antigos que nós tivemos, aqui nesta Casa, aprovadas, em 2014, 14 Áreas Especiais de Interesse

Social e que foram judicializadas pelo Ministério Público, Ver. Adeli, porque não havia sido realizada audiência pública. Pois a justiça, da mesma forma que foi pedido neste projeto original do Arado, nessas leis de 2014, a justiça declarou inconstitucionalidade, e os projetos foram reapresentados com a devida audiência pública e foram aprovados, o que não significa que estavam liberadas as construções ou as edificações previstas, porque o que nós estamos tratando aqui é da definição do regime urbanístico.

Como bem falou o Ver. Valter aqui, lá em 2015, nós já aprovamos a zona rural de Porto Alegre, com 8,26% do território da cidade, mais de 4 mil hectares. E essa área do Arado já estava gravada quando veio para cá o projeto da zona rural, ela faz, como bem colocou o Ver. Professor Wambert, a zona de transição entre a área urbana de Belém Novo e o início da zona rural, que começa bem ali grudada ao projeto do Arado. Isso não significa que a aprovação dessa lei vai fazer com que o empreendedor não tenha que tramitar todas as licenças ambientais. Então, o que se está discutindo aqui é o regime urbanístico, é a permissão para que se possa tramitar o projeto com as devidas licenças. Ver. Prof. Alex, se, numa tramitação de licença, for entendido que é área baixa, que não pode ser edificada, será apontado na licença ambiental, como é apontado em tantas outras, como foi apontado, inclusive, em algumas áreas dessas AEISs que foram reestabelecidas depois de 2015.

O que eu acho é que nós não podemos aceitar é a ocupação desenfreada, sem organização ou desorganizada dessa área lá próxima à zona rural, como tem inclusive acontecido na zona rural, onde não pode ter loteamentos, e vários loteamentos clandestinos estão acontecendo lá. Pois a ocupação dessa área com os devidos projetos, com a autorização urbanística que estaremos dando agora – legalmente, agora, porque houve audiência pública, que foi o que foi contestado na justiça no projeto anterior –, com todas as aprovações das licenças ambientais que deverão tramitar, lá acontecerá uma ocupação do território de forma organizada. Dos 400 hectares, 300 serão preservados – 300 serão preservados! –, ou seja, apenas 29% desse belo território terá uma ocupação organizada. E, se isso não acontecer, sabem qual o fim dessa área? O fim de muitas áreas da zona rural: a invasão e a ocupação desenfreada, nunca mais sendo possível a recuperação dos ambientes naturais e a reorganização do território. Por isso, acredito que a discussão está sendo muito bem encaminhada para que possamos dirimir as dúvidas e votar realmente ao que estamos aqui sendo apresentado pelo Professor Wambert. Obrigado, um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLCL nº 016/20.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente, caros colegas. Eu rapidamente queria pontuar aqui que eu lamento muito algumas palavras que foram ditas. Primeiro, o Ver. Marcelo Sgarbossa, na época em que eu discuti a lei da questão da eficiência do serviço público, algumas outras legislações, falou repetidas

vezes “este projeto tem o acordo do governo Melo, por isso será aprovado”, “tem acordo do governo Marchezan”. Ver. Marcelo Sgarbossa, respeite os vereadores aqui; independentemente de alinhamentos de oposições ou de situações, nós temos um mandato para ser respeitado, e acredito que os vereadores, em sua maioria, se não a totalidade, honram os votos que os fizeram chegar até aqui e defenderão os seus mandatos e a sua propriedade intelectual, a sua capacidade de votar “sim” ou “não” em algum projeto.

Segundo, gostaria de fazer de novo um apelo que fiz na última sessão para que fossem suprimidas as palavras acusatórias de dizer que o colega é racista ou dizer que está sendo cometido um crime aqui. Aqui não tem nenhum racista e nenhum criminoso. Eu acho muito ruim, mas muito ruim. Eu gostaria de solicitar que abrandemos os ânimos e que os autores façam um pedido de retirada dos Anais da Casa, porque isso é muito ruim para o Parlamento Municipal.

Eu, obviamente, após analisar o projeto, quero só tocar em três pontos no tempo que me resta, até mais rápido do que isso. Pelo que eu tenho lido aqui, 100 mil metros serão destinados à hidráulica da Ponta do Arado. Todos sabem da minha defesa sobre a questão do combate à falta de água na Lomba do Pinheiro, que assola centenas de milhares de porto-alegrenses da Lomba do Pinheiro e da Zona Sul, então, este projeto é muito importante, sim, para a cidade, independentemente de quem estará governado, existe essa contrapartida importante para a questão da hidráulica da Ponta do Arado, com 100 mil metros, se eu não me engano. Acho importantíssimo que Porto Alegre rume para o desenvolvimento do turismo, para o desenvolvimento sustentável.

Finalizo dizendo mais um motivo pelo qual votarei a favor do projeto: eu tenho, nesta priorização, entre os projetos priorizados, um PL que a gente construiu no ano de 2018, e espero ainda ter a chance de votar – seja para aprová-lo ou não – aqui com os colegas, que é o PLL nº 116/18, de nossa autoria, que é da política municipal hidroviária. Interessa muito à cidade que a gente conecte o lado do Guaíba com o lado da terra, então, esse projeto tem, no nosso mandato, a defesa necessária para que a gente possa encaminhar e votar “sim”. Então, manifesto aqui o apoio ao projeto e lamento que palavras como racismo, crime, enfim, sejam ditas. Gostaria que os colegas, neste fim de ano, tivessem um pouco mais de consciência coletiva. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Obrigado, vereador. O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCL nº 016/20.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Em primeiro lugar, um abraço a todos, saúdo o nosso Presidente Pujol. Digo que sabemos que este projeto, efetivamente, é polêmico, coloca porto-alegrenses de um lado e de outro. Eu, particularmente, recebi muitas mensagens favoráveis ao projeto e outras tantas contrárias. E eu avaliei com todo o cuidado a proposta em si e vejo que a obra que se instalará lá na Ponta do Arado vai, sim, trazer benefícios. Primeiro pelo tamanho da

área de preservação ambiental que se reserva no local; em segundo lugar, pelo tamanho e pela quantidade de contrapartidas para a cidade de Porto Alegre – todas já foram aqui apresentadas. Portanto, eu vou votar favoravelmente e sei das questões que dele decorrem.

Eu apresentei, e depende de uma assinatura do líder do meu partido, o Ver. Paulinho Motorista... Ele me disse que está assinando agora a emenda que eu apresentei, como apresentei em outras oportunidades, sendo que muitas delas foram aprovadas, todas com a mesma redação, ou seja, a de preservar uma área de 700 metros na orla para uso universal de todos os porto-alegrenses. Até depois gostaria de saber do Luiz Afonso se já aconteceu a assinatura por parte do Ver. Paulinho Motorista, porque estou dependendo que isso aconteça.

Peço que votemos favoravelmente à emenda. Ela preserva, reserva uma área de uso e permanência de todos os porto-alegrenses, e eu até sei, pela própria apresentação que se fez do projeto, que ela será bem maior. Portanto, eu vou votar favoravelmente à minha emenda e peço que deem uma analisada e votem favoravelmente a ela e ao projeto também, repito, pela preocupação que tenho com o tamanho de área preservada e pela quantidade de contrapartidas que vão beneficiar, sim, milhares de moradores da Zona Sul de Porto Alegre, além da questão do desenvolvimento econômico, como aqui já foi falado. Aquele abraço a todos, obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Quero consultar o nosso diretor legislativo se existe alguma nova inscrição para discutir a matéria.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não há novas inscrições, Sr. Presidente, mas antes de encerrar a discussão, temos que apregoar a emenda.

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Airto Ferronato, ao PLCL nº 016/20.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLCL nº 016/20 à apreciação das Comissões, para parecer.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o PLCL nº 016/20. (Pausa.) O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Boa tarde, Presidente Pujol; diretor legislativo, Luiz Afonso; demais vereadores e vereadoras. Este projeto, com certeza, é um projeto bem polêmico, inclusive para mim, que nasci e me criei dentro de Belém Novo. Lá eu circulo e escuto as pessoas falando sobre o projeto; amigos meus me atacando e falando sobre o projeto. Conheço toda aquela área lá de Belém Novo, pois fui criado lá e muitos banhos tomamos naquele rio. Já tive oportunidade de ir à fazenda há um tempo. Com todo respeito ao Ver. Professor Wambert, porque sempre tivemos uma ótima relação de conversa, ouvi algumas falas e vou ser bem sincero: já fizeram alguns empreendimentos lá para o Extremo-Sul, como se fala, e o pessoal até hoje está esperando as contrapartidas. O pessoal de lá é bem sofrido, tem várias situações, agora mesmo a situação da luz. Primeiro, começam a arrumar tudo para o Centro para depois ir para o Extremo-Sul. Até hoje, tem gente lá sem luz, esperando desde o temporal de domingo. Aproveito para falar nisso porque hoje estou com a consciência bem tranquila, não fui reeleito dessa vez, mas isso é a vontade de Deus e a vontade do povo, respeito quem foi eleito merecidamente, mas eu vou votar com a cabeça tranquila, vou votar contrariamente ao projeto. Tem várias situações lá, como já foi falado aqui, alagamentos, e o pessoal é sofrido. Cada vez que chove, é triste, nós somos chamados e, muitas vezes, a gente não consegue resolver a situação as pessoas que estão em áreas alagadas, e vai haver mais essa obra aí, no caso, se for aprovado o projeto, e, com certeza, a situação de quem vive lá, principalmente perto de onde vai ser a obra, as pessoas vão sofrer com mais uma mexida lá na natureza. Eu, desde que fui eleito, em 2012, procurei até estudar mais sobre a natureza e o meio ambiente, e hoje eu sou mais tranquilo, não sou como o Ver. Prof. Alex, que é mestre no assunto, como biólogo, mas eu sei o que acontece quando uma parte da natureza é desmatada para se fazer alguma obra, algum empreendimento, e eu, com a consciência bem tranquila, volto a dizer, nada contra o Ver. Professor Wambert, vou votar contrariamente porque estou saindo, agora, no fim do mês, da Câmara Municipal, e eu quero ficar de bem com a minha consciência em relação ao que eu votei. Então, antes que se mexa, antes que aconteça essa situação, eu vou votar contrário ao projeto para que eu não venha a me arrepender mais tarde. Então, com a consciência bem tranquila e até em homenagem a pessoas de lá que me pediram para não votar a favor, e, como eu disse, fui criado dentro de Belém Novo, o lugar é o bairro que eu amo demais, eu vou votar contrário para que eu saia da Câmara Municipal e não tenha arrependimentos. Não é porque é o Professor Wambert, porque é o Mauro, esse ou aquele, cada um tem o seu pensamento, pode colocar o seu projeto, e cada um tem o seu pensamento firme de votar a favor ou contra. E eu vou votar contrário ao empreendimento na Fazenda do Arado. Um grande abraço para vocês e fiquem com Deus, pessoal.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Muito obrigado, Ver. Paulo. É uma alegria ouvi-lo. V. Exa. tem grande consideração. A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 016/20.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Presidente. Eu estou vendo aqui que a área possui 426 hectares, e somente 29% serão urbanizados. É o menor índice de utilização da região, pois 256 hectares da mata nativa serão garantidos e mil metros de águas banháveis. O projeto está claro, ele garante a ocupação sustentável e afasta invasões. Isso é real, nós não podemos desconsiderar que invasões não cuidam do meio ambiente, se dão de forma desordenada e à revelia das leis. Este projeto, pelo que estou acompanhando aqui, tenho ele aberto na minha frente, garante a perpetuação na preservação ambiental da região. Então, eu me manifesto aqui pela aprovação do projeto, e sou muito cuidadosa nessa área ambiental. E justamente por saber que são 426 hectares e somente 29% serão urbanizados, é o menor índice, é que votarei a favor do projeto.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 016/20.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Presidente. Inscrevo-me para encaminhar o voto contrário a este projeto e também para dialogar com o que alguns vereadores colocaram, Moisés, Cassio Trogildo, diminuindo as falas do Ver. Valter Nagelstein. Não é de hoje que o Ver. Valter Nagelstein se utiliza da tribuna para destilar todo tipo de ódio e preconceito em relação às mulheres e aos negros e negras, e depois vocês mesmos me pedem desculpas nos corredores da Câmara pelas menções racistas e machistas do Ver. Valter, mas vocês mesmos não utilizam a tribuna para contrapor a fala do companheiro de vocês. Então, é esse racismo que nós estamos denunciando, não basta não ser racista, tem que ser antirracista. E é muito importante, quando pessoas se utilizem de argumentos racistas, discriminatórios, que mais vereadores da Casa também se posicionem para que eu não pareça uma louca vendo racismo em tudo. Porque chamar índio de invasor de terras num Brasil como o nosso, tendo já a dimensão do Holocausto, do genocídio, do extermínio que segue, pois esse vírus está impactando de forma desproporcional comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas – é disso que nós estamos falando. E também para colocar que as pessoas invadem territórios porque as pessoas precisam de moradia. A regularização fundiária nesta cidade não avançou um palmo nos últimos quatro anos de governo. Não avançou. Avança para a especulação imobiliária, mas para pessoas de baixa renda, trabalhadores que estão sendo impactados por essa crise de desemprego, para esses a legislação não avança, mas para os grandes empreendimentos... E eu quero saber quem é que vai ter condições de comprar imóveis dentro desse grande empreendimento, senão a burguesia da cidade, para o pobre e para o trabalhador não se avança. E aí não se regulariza terra, aí não se tem discussão aqui neste plenário. Por isso nós votamos contrariamente a este projeto.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Não havendo mais inscritos para encaminhar, colocaremos imediatamente em votação. Passarei o comando ao diretor Luiz Afonso para que ele proceda da forma regimental.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da Emenda nº 01 ao PLCL nº 016/20). Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Emenda nº 01 ao PLCL nº 016/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM** e 24 votos **NÃO**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro rejeitada a Emenda nº 01 ao PLCL nº 016/20.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): A área é privada, atinge o direito de propriedade esta emenda. Então, eu votei “não”, com todo o respeito ao meu querido colega Paulinho.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Na emenda que democratiza o uso da orla do Guaíba, eu votei “sim”.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Por ampla maioria, a Casa decidiu pela rejeição da emenda. Passamos, de imediato, à votação do projeto. Solicito ao diretor legislativo que comande a votação.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, o PLCL nº 016/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro aprovado o PLCL nº 016/20.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha querida amiga Mônica, uma faixa na orla do Guaíba não é e nem pode ser privada, em primeiro lugar. Em segundo, se não se reserva o mínimo para acesso universal das pessoas, fazer uma obra apenas para os seus proprietários lá, não. Votei “não”.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Quero lembrar o Ver. Airto Ferronato e outros que beira de praia é pública, é lei federal, lei da Marinha que determina que a beira de praia é pública; ela pode ter o imóvel, mas o acesso pela praia é público. Votei “sim”.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Em homenagem ao Preserva Arado e ao bairro em que me criei, votei “não”.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Diretor Luiz Afonso, 400 hectares de terra, propriedade privada em Porto Alegre, eu, como socialista – esse argumento não foi usado –, votei “não” a esse projeto. Vamos dividir um pouco.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0230/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 088/20, de autoria do Ver. Paulinho Motorista, que permite a utilização do cartão do Sistema de Transporte Integrado - TRI - na modalidade Vale-transporte, para o pagamento de transporte seletivo por lotação. **(SEI 045.00007/2020-49)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 17-08-20, conforme a Resolução nº 2.582/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em discussão o PLL nº 088/20. (Pausa.)

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB) (Requerimento): Havia feito um requerimento nas preliminares da sessão para que o item 5 da priorização, o PDL nº 007/20, fosse o primeiro a ser apreciado na sessão da próxima segunda-feira. Se houver a concordância dos colegas, gostaria que V. Exa. colocasse em apreciação.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Tomo a decisão já agora, e tão logo termine a apreciação desta matéria que está em discussão, a seguir colocarei seu requerimento.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra para discutir o PLL nº 088/20.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Boa tarde a todos, mais uma vez, ao nosso Presidente e mestre Pujol e à nossa direção legislativa, através do Luiz Afonso e do Sandro, muito competentes. Estou aqui mais uma vez para falar sobre o projeto que protocolei há um bom tempo, mas com toda essa situação dos projetos do governo, nossos projetos ficaram trancados; mas tudo bem, vamos em frente. Como vocês sabem, trabalhei durante 24 anos como motorista e conheço bem o sistema todo como funciona. Não sou o cara que mais entende, mas também não sou aquele cara

leigo no assunto. Graças a Deus eu sempre procurei ver o lado do passageiro que trabalhava e viajava comigo no dia a dia. Muita gente sempre falava nas viagens, quando eu estava dirigindo, que eles tinham muito crédito no cartão Tri presos, sem poder usar, e perguntavam por que não poderiam pegar um lotação com aquele crédito do Tri. E eu ficava pensando. Protocolei esse projeto para que as pessoas possam utilizar esses créditos que ficam no cartão Tri trancados. Se vem o lotação, eu não tenho dinheiro, mas eu tenho o Tri do ônibus, eu posso pegar o lotação. Isso vai favorecer muito a população de Porto Alegre que muito precisa que esse projeto seja aprovado para que possa usufruir desses modais. Eu estou no ônibus, mas preciso pegar o lotação, sem dinheiro, mas eu tenho o Tri, posso usar. Em muitos projetos, a gente já pensou nesses modais, de a pessoa poder pegar de ônibus para lotação, de lotação para Uber e táxi, até para *bike* – fiz o projeto para que as pessoas possam usar o Tri para o Bike Poa.

Agora, estou aqui pedindo a vocês para votarem favoráveis a este projeto. Sempre digo aqui que todos são legítimos para votar “sim” ou “não”, mas jamais vou falar mal de algum vereador porque não votou a favor do meu projeto. Acabei de falar sobre o projeto do Ver. Wambert, ele sabe que eu falei, a gente conversa seguido, sempre com respeito, e isso vai ajudar tanto a população quanto o motorista dos lotações, que vão ter mais movimento de passageiros subindo no seu lotação. O pessoal do lotação está procurando passageiro nas paradas, está tudo muito difícil no dia a dia, difícil para o motorista do lotação colocar passageiro. Com o Tri sendo aprovado, vai favorecer, sim, os motoristas de lotação de Porto Alegre que andam correndo atrás, como bem diz o brasileiro – eu posso falar porque estou sempre no meio deles –, caçando passageiro aqui, um passageiro lá para poder aumentar um pouco o seu salário.

Eu, pensando tanto na população de Porto Alegre, no passageiro do dia a dia, no trabalhador do dia a dia como no motorista do lotação que também vai se utilizar deste projeto aprovado, peço que aprovem. Já conversei com alguns vereadores, até na época da CCJ em que foi aprovado, conversei com o Adeli, com o Cassio, com o Janta, com alguns vereadores ali, e eu peço a vocês que aprovem este projeto. Estou me despedindo da Câmara daqui a alguns dias, mas acho que nunca faltei com respeito aos meus colegas vereadores, acho que saio com uma boa impressão de vocês, tanto como vocês de mim. Peço a vocês que aprovem para que eu possa ajudar a população de Porto Alegre, que me elegeu, em dois mandatos, para que eu trabalhasse a favor tanto daqueles que votaram em mim como daqueles que não votaram. Estou saindo e quero deixar este projeto aprovado para que as pessoas possam aproveitar e usar o seu Tri do ônibus no lotação, e assim favorecer a população de Porto Alegre, também os motoristas de lotação no dia a dia. Não vou me alongar, agradeço o tempo, Presidente e vereadores. Um grande abraço, fiquem com Deus.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Não há mais quem queria discutir a matéria. Em votação o PLL nº 088/20. (Pausa.) O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Ver. Paulinho Motorista, meu amigo, com todo carinho e todo respeito que tenho por V. Exa., sei das suas boas intenções, mas tenho uma preocupação de que o projeto seja aprovado. Na verdade, o Ver. Paulinho quer que possa ser utilizado – se eu estiver errado, Paulinho, depois peço que me corrija –, o vale-transporte, aquele que o trabalhador usuário de ônibus recebe, que é pago pela empresa, e com isso, dessa forma, esse passageiro poderá utilizar não só ônibus, mas também lotação. A minha dúvida – não li totalmente o projeto, mas peguei a ideia do projeto – é que, se fizermos isso, o valor da passagem do lotação é superior ao valor da passagem do ônibus, então como ficaria essa diferença? Seria mais barato, e, se for mais barato, estaria indo contra uma lei que diz que o preço da passagem do lotação tem que ser um pouco maior, um percentual maior, justamente para que não migre aquele passageiro do ônibus para o lotação. Nós sabemos das dificuldades, tanto dos lotações quanto dos ônibus, neste momento difícil que nós passamos, pela falta de passageiros. Se nós fizermos isso, estaremos tirando mais passageiros do transporte público, que é principal, e a preocupação é grande. Sei que o Ver. Paulinho é um defensor dos motoristas e dos cobradores, mas afetaria mais ainda o sistema de transporte público de ônibus, se nós migrarmos mais passageiros dos ônibus para os lotações. Se nós autorizarmos hoje – a minha preocupação ainda vai além – os passageiros dos ônibus a utilizarem o vale-transporte, amanhã virá um novo projeto autorizando que os táxis utilizem vale-transporte, depois que o aplicativo utilize. Quer dizer, cada vez mais, estamos levando à falência o sistema de transporte público de ônibus. Então, eu tenho uma série de dúvidas, Ver. Paulinho, com todo respeito a V. Exa., sei da sua vontade de ajudar, eu também estou muito preocupado com os lotações, mas eu não sei qual o impacto que isso pode ter para piorar ainda mais o transporte público de ônibus, que é o transporte de massa, o transporte social, que tem todas as atribuições sociais, como isenção dos idosos, meia passagem escolar. Como é que vai ficar se ele, cada vez mais, assumir isenções? Infelizmente, transporte público não tem ajuda governamental para baratear a passagem, que cada vez fica mais cara; e, diminuindo o número de passageiros, a passagem sobe mais. E para as pessoas que utilizam esse modal importante fica cada vez mais difícil pagar essa passagem.

Tenho uma certa dificuldade em votar este projeto. Com toda admiração, respeito e carinho que tenho pela sua pessoa, eu acho que nós temos que fazer uma discussão mais aprofundada sobre o transporte público no próximo ano. Acho que não é o momento, inclusive, projetos importantes do governo que eu gostaria de ter aprovado, não o fizemos neste ano, porque achamos que tem que ter mais discussão. No ano que vem, tenho certeza, haverá um grande debate, nesta Casa, sobre o transporte público. Gostaria de te homenagear votando este projeto, mas não gostaria de aprovar um projeto, ao apagar das luzes, que vai mexer ainda mais o transporte público sem o devido debate. Ver. Pujol, sei que o senhor é uma pessoa muito ligada à discussão desta matéria, que vai ter uma grande discussão no ano que vem. Voto contrário.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 088/20, como autor.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Sr. Presidente, estou aqui mais uma vez para falar sobre o projeto, sempre com o maior respeito pelo Ver. Mauro, meu grande amigo, trabalhamos juntos, como presidente da Casa trabalhamos juntos também, fora a votação, com muito respeito. A situação do cartão, Mauro, ele é carregado num total. Claro que, quando passar num lotação, vai sair o preço do lotação, não o preço da passagem do ônibus. Como já foi feito em várias cidades fora, até em estados, a população, eu acho, ela pode escolher onde quer andar, onde ela quer gastar o seu cartão Tri. E não que ela tenha que gastar só no ônibus, porque ela tem o direito de usar o valor. Agora, imagina a gente tirar o direito de a população andar em outro modal! Ela está com o cartão Tri carregado, mas não pode entrar no lotação porque não tem dinheiro, mas tem carregados ali os seus créditos para que possa se deslocar. A maior preocupação que eu tenho é com o pessoal da Zona Sul, do Extremo-Sul, que é quem mais sofre com o transporte público. Agora mesmo, tem lotação em Belém Velho, consegui aprovar o projeto também que o lotação passasse no Chapéu do Sol – graças a Deus está lá o lotação passando no Chapéu do Sol.

Mauro, não tens noção do que as pessoas passam lá na parada, aí vem um lotação – o cara já está esperando o ônibus há meia hora –, ele está atrasado para o colégio, para uma consulta, para o seu trabalho, não pode escolher subir no lotação, porque não tem dinheiro, tem só o cartão Tri. Com o cartão Tri, ele tem o direito, porque foi carregado, como trabalhador, de ter aquela passagem para se deslocar. Então a gente não pode pensar no transporte público, sendo que aquelas pessoas estão sofrendo. Então a gente não vai avançar em prol da população que tanto sofre com o transporte público? As pessoas estão sempre me cobrando por essa situação. “Pô, Paulinho, estou com o Tri carregado, mas não posso pegar um lotação!”. Quantas pessoas estão com o Tri carregado em casa, carregado, carregado, muito cheio, que não vão usar, e como fica a situação dos créditos? E por que a pessoa não pode escolher, não pode pegar um lotação? Lá é uma hora e meia, uma hora e quarenta de ônibus, do Lami até o Centro, de Belém Novo até o Centro. A pessoa está atrasada, por que ela não pode descer no Ipanema, que seja? No Lami, que não tem lotação – batalhei muito pelo lotação do Lami, mas não consegui antes de sair do meu mandato. As pessoas do Lami também precisam muito de um lotação; Moradas da Hípica também não tem lotação. E assim, Mauro, as pessoas se obrigam a pegar um ônibus Lami, andar uma hora e quarenta, uma hora e cinquenta dentro do mesmo ônibus. Porque as pessoas não têm dinheiro para descer e pegar um lotação, pagar o ônibus e mais o lotação, pagar o ônibus e descer e pegar um Uber ou um táxi para chegar na hora ao seu trabalho ou a um hospital. As pessoas não têm dinheiro para isso, todo mundo está correndo atrás, principalmente agora na pandemia. Outra coisa, Mauro, a situação dos ônibus, que não podem lotar por causa da pandemia, tem ônibus que passa e não pega o passageiro na parada, que vai levar ao Extremo-Sul, porque já tem 15, 20 passageiros dentro. O motorista, coitado, não pode parar, porque é uma lei, a empresa vai ser multada e vai

cobrar dele. E aquele passageiro vai esperar mais uma hora, mais ou menos, para pegar outro ônibus, e passa lotação, e ele não pode pegar. Volto a dizer, ele não tem dinheiro, mas tem o cartão Tri. Acho que a gente tem que dar o direito, Mauro, com todo respeito sempre, para o passageiro, para a população utilizar o seu cartão, os seus créditos da maneira que ele achar melhor, que convenha a ele utilizar seu cartão. E não a gente pensar só no empresário tal, ou no outro tal. Quando veio o Uber, os táxis diminuíram os passageiros, e assim por diante. O lotação diminuiu os passageiros porque tem táxi, tem Uber; o ônibus diminuiu os passageiros, porque tem lotação, tem táxi, tem Uber. E assim vai, a população vai crescendo e precisa melhorar, não ficar naquela mesmice de só poder pegar um ônibus Lami, uma hora e cinquenta. Mas eu tenho uma hora e meia para chegar ao trabalho, quando chegar lá, o patrão já vai dizer: “Onde tu estavas?”. Eu estava no ônibus. “Não interessa, se continuar assim, vou te mandar embora”. Então, Mauro, é nesse sentido que eu quero aprovar este projeto, para dar mais incentivo à nossa população de Porto Alegre, e também vai aumentar a situação dos lotações, os motoristas também estão correndo atrás. Muito obrigado, Ver. Pujol, pelo tempo, desculpe se falei demais, e peço que os vereadores aprovem este projeto para que a população ganhe com isso. Abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 088/20.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Ver. Paulinho, na própria reunião da CCJ que analisou este projeto – acho que até trocou o relator, se não me engano, em função das votações –, eu questionei muito essa questão, não a questão social da sua proposta; eu questionei muito a questão de como funcionará, administrativamente, isso. Se o cartão Tri é disponibilizado somente para o consórcio de ônibus, quem comercializa ele é a ATP, como se daria? Eu fiz alguns questionamentos na CCJ para votar contrário a este projeto. O senhor ficou de ver essas questões. Depois, o Ver. Márcio Bins Ely foi escolhido como novo relator. Há coisas administrativas e técnicas, como funcionaria isso? Eu entendo a sua preocupação, a sua necessidade. Na época, eu questionei até: a pessoa está com a carga no cartão – o senhor fala em sobrar carga, mas isso é uma exceção –, começa a usar o lotação, depois do 20º dia de trabalho, acabou a carga do cartão. E o patrão, como o senhor disse, quando chegou atrasado, imagina quando o trabalhador disser que não tinha mais carga, porque isso vai se dar bem num período em que já está sem dinheiro. Então eu tenho esses questionamentos sobre este projeto, sobre essa lei. Quero te dizer que não discuto o mérito, em hipótese nenhuma; todos conhecemos a sua trajetória, a sua história, a sua preocupação com as pessoas – como a maioria de nós tem –, mas eu ainda continuo com essas indagações de questões administrativas e técnicas de como vai se dar isso, como vai se proceder: os lotações iriam botar a questão eletrônica para passagem de cartão? Essas questões burocráticas e técnicas que eu questiono no seu projeto, não o mérito. Volto a dizer, o mérito é

maravilhoso, mas como vai funcionar, como vai ser operado isso, até se o senhor puder responder, faço um pedido aqui ao plenário e ao Presidente e que o senhor possa responder, porque é uma dúvida que acredito que outros membros desta Casa também têm na parte operacional e técnica de como irá funcionar isso. Seria isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 088/20.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Primeiramente quero parabenizar o Ver. Paulinho pelo belíssimo projeto, isso é facilitar a vida das pessoas que se deslocam na nossa cidade de Porto Alegre, a gente precisa realmente avançar nessa composição dos modais que são utilizados pelos trabalhadores, a gente quer ter a liberdade de escolher, sobretudo pela dinâmica da cidade e do trânsito, qual é o melhor transporte para nos locomovermos. Então quero te saudar, Paulinho, porque é um projeto pautado em quem usa o transporte coletivo da cidade, para facilitar a vida do trabalhador. Para tentar responder esses questionamentos que o Janta trouxe em relação a como vai se dar a bilhetagem, o controle dessa bilhetagem: o controle hoje, Janta, está a cargo da ATP, já deveria ter sido transferido há muito tempo, há cinco anos, para ser mais específica, para a EPTC. A EPTC tem que fazer a gestão da bilhetagem. Esse projeto tem que ser atribuído à Câmara de Composição Tarifária – CCT, e eu acho que votar neste projeto inclusive é uma forma de a gente acelerar que essa transição seja feita.

A transição ainda não se deu, está prevista em edital, está prevista enquanto condicionante da isenção fiscal, que nós, inclusive, aprovamos ontem – a condicionante da isenção é a transferência da gestão da bilhetagem da ATP. Como tu muito bem colocaste, a bilhetagem hoje é gerida pela ATP, como vai se dar se as lotações são geridas por outras associações? Vai se dar de uma forma legítima, transparente, a partir de uma boa gestão que tem que ser feita pela EPTC. Isso, nós todos sabemos e nós todos estamos há muito tempo negando: essa transferência não se deu ainda, e isso vai impactar novamente num bom projeto como este, que facilita a vida do usuário. Nós votamos projetos aqui para dar subsídio para as empresas, nós votamos projetos aqui para dar isenções fiscais para as empresas, e é o primeiro projeto que eu vejo que de fato vai facilitar a vida do usuário e, de quebra, vai agilizar um processo de transição de gestão que já deveria ter sido feito há muito tempo. Eu não entendo os questionamentos que vocês vêm trazendo com relação à dificuldade; dificuldade está hoje de a EPTC, de fato, assumir essa responsabilidade que não assumiu durante esses quatro anos de governo Marchezan, Mauro Pinheiro. Nós denunciemos, nós representamos, está previsto em edital, está explícito, só não vê quem não quer.

Então, indicamos o voto favorável a esse baita desse projeto, facilita a vida do usuário, nos ajuda a empurrar essa burocracia para fazer, de fato, essa transferência

da gestão da bilhetagem da cidade, e todos nós, que usamos o transporte coletivo, todos os usuários, temos a ganhar com a aprovação deste projeto.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 088/20.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Boa tarde. Quero, realmente, parabenizar o Ver. Paulinho por este importante projeto, que é uma solicitação dos usuários há muito tempo. Eu tenho conversado com a EPTC, Ver. Janta, e está resolvido o problema técnico-administrativo, a EPTC já tem a solução, inclusive o pedido para que isso aconteça já está na Prefeitura há um bom tempo, e o Marchezan, acho que não tem tempo para autorizar. Também quero informar ao Ver. Mauro que não vai prejudicar os ônibus; pelo contrário, os ônibus estão reduzindo as suas linhas e os lotações irão realmente colaborar com o sistema. Isso é extremamente importante, é uma reivindicação importante da população, e o Ver. Paulinho foi sensível no atendimento a essa reivindicação antiga dos usuários, tanto os de ônibus como os de lotações. Ontem nós aprovamos a extinção da isenção do ISSQN para os ônibus. Eu quero informar que os lotações não são isentos, eles pagam ISSQN. O sistema já está prejudicando os lotações, e muitos, inclusive, estão entregando as linhas; eles precisam de um fortalecimento e um alívio nessa situação. Ver. Paulinho, vou votar “sim” com muita alegria, e o cumprimento pelo belíssimo projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 088/20.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol; cumprimentando o senhor, cumprimento todos os colegas vereadores e vereadoras. Quero cumprimentar, em nome do meu partido, o Paulinho Motorista, pela sensibilidade que teve com este projeto, pela potência social e também por ajudar a qualificar o sistema de transporte público. Quero contribuir com o diálogo: alguns colegas que me antecederam disseram que um projeto como este, no apagar das luzes... Bem, nós votamos projetos, ontem e hoje, com um grau de complexidade muito grande. Então este projeto está colocado no tempo correto – primeiro, isto. Segundo, o Ver. João Carlos Nedel contribuiu com a minha fala sobre a implementação. A quem contesta a forma de executar: essa é tarefa da EPTC, a EPTC tem toda a sua estrutura. Como disse o Ver. João Carlos Nedel, não é de hoje; quando nós debatemos a lei dos lotações, lá em 2012, naquele momento já se apontava fazer a integração – desde 2012 a EPTC disse que já teria condições operacionais de fazer a integração. Terceiro, para os defensores da livre iniciativa, bem, a concorrência no sistema de transporte público

também é salutar. Quando se tem dois sistemas que competem, cabe ao usuário, cabe ao consumidor poder escolher qual é o melhor produto que está sendo oferecido. Será que isso não vai ajudar a qualificar os ônibus também? Não vão recolocar os ar-condicionados que tiraram? Não vão voltar a investir na frota que, há muito tempo, já passou dos dez anos a idade média da frota de Porto Alegre? E assim por diante! Também na lei de 2012, Ver. Reginaldo Pujol, tem um parágrafo que diz que o Município, em 12 meses, realizaria um estudo para o prolongamento das linhas dos lotações. Até hoje não fez isso, até hoje! Então quero dizer para os defensores da livre iniciativa que, bom, se eu tenho dinheiro, eu opto como eu vou gastar esse dinheiro, onde é melhor para mim, e esse dinheiro não é da ATP, esse dinheiro é do usuário, esse dinheiro é pago dentro do sistema de trabalho, com os empreendedores e com o trabalhador. E tem aqueles que compram, vão lá e recarregam seu Tri, que é mais seguro do que carregar cartão, do que carregar dinheiro, então eles poderão usar em qualquer modal. Por último, quero dizer que tem muitos contribuintes que têm o Tri, têm centenas de passagens, de valores acumulados nos seus cartões, que já foram pagos há muito tempo. Onde está esse dinheiro, está rendendo para quem? Já se fizeram essa pergunta? Bom, ele pode ser utilizado para render para um benefício próprio, para se deslocar mais confortavelmente na cidade de Porto Alegre.

Quero aqui concluir, cumprimentando o Paulinho e os colegas vereadores que enriquecem este debate, e dizer: não tenha preocupação, Janta, a EPTC tem qualidade administrativa para fazer a implantação disso rapidamente. Um grande abraço a todos, votaremos favoravelmente ao projeto do Ver. Paulinho Motorista para que se possa utilizar os recursos do Tri também nos lotações, no Sistema Transporte Seletivo por Lotação de Porto Alegre, que, diga-se de passagem, Porto Alegre dá o exemplo para as outras capitais com esse sistema, foi pioneira ao implantar esse sistema que tem muita qualidade. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 088/20, pela oposição.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Muito obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. Eu gostaria de agradecer aos colegas do bloco de oposição, portanto os colegas que compõem a bancada do PT e do PSOL, pela possibilidade de fazer o encaminhamento em nome dessa bancada. Gostaria, inicialmente, de parabenizar o Ver. Paulinho Motorista pela iniciativa, e, como muito bem destacou o Ver. João Carlos Nedel, é uma reivindicação feita há muitos anos pelos usuários do transporte público da nossa capital. Eu percebo que as divergências em relação a este projeto estão concentradas basicamente nas dificuldades técnicas de deslocar a utilização do cartão Tri para essa finalidade. Se fosse a Prefeitura que administrasse os recursos do cartão Tri, se fosse o Executivo que fiscalizasse, que organizasse, que gerenciasse essas verbas, esse dinheiro, isso não seria uma grande dificuldade. Infelizmente isso está há

muitas décadas nas mãos da Associação dos Transportadores de Passageiros, e vamos destacar, o Ver. Engº Comassetto fez uma fala extremamente sensata, lembrando todos nós que esses recursos não pertencem à ATP; os recursos do cartão Tri são dos usuários, o usuário que carrega o passe antecipado, o usuário que recebe os vales-transportes, esse dinheiro não é dos consórcios de ônibus. Se esse dinheiro é do usuário, ele deve ter todo o direito de planejar e utilizar o modal que lhe for mais conveniente naquele momento: dia de chuva, ônibus está demorando, passa um lotação, que o usuário possa escolher pegar aquela lotação e se deslocar à sua residência o mais brevemente possível. Portanto, o nosso voto, da bancada de oposição, é em apoio à iniciativa do Ver. Paulinho Motorista, parabéns mais uma vez o autor deste projeto importante para a nossa cidade, e votaremos “sim”. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 088/20.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente Pujol. Quero cumprimentar o colega, Ver. Paulinho Motorista, pela proposição; boa tarde demais vereadores e público que nos acompanha. Gostaria de saudar a proposição do Ver. Paulinho, entendo as divergências colocadas pelos colegas, quanto ao cumprimento e à operacionalização, mas me contempla essa medida, Ver. Paulinho, por, justamente, ser um adepto da ideia de livre mercado, de isonomia e de competição. Eu acho que quanto mais modais competitivos e que possam usufruir dos diversos meios de pagamento que o Município oferta e consigam entregar, em última instância, para o cidadão a maior diversidade de modais com custos competitivos. E, para deixar a escolha para o cidadão daquilo que ele entende ser o melhor para se transportar, eu acho que devemos ser favoráveis. Então eu acho que o serviço de lotações tem sido deixado de lado há algum tempo nesse debate sobre os modais de transporte; e essa é uma medida que reintegra esse importante modal ao debate sobre o transporte coletivo. Também me somo aos colegas que manifestaram a sua preocupação que nós tenhamos, sim... (Problemas técnicos no som.). É um mercado onde existe a maior pluralidade de ofertas de serviços de transporte; portanto, que a cidade possa aprovar este projeto. Aquele temor de não conseguir operacionalizar, ou mesmo as dificuldades impostas, como a queda de volume de passageiros e outros modais, eu entendo que isso deve ser tratado de maneira a permitirmos uma reavaliação de todo edital de transporte coletivo, corrigindo outros erros e outras barreiras que já estão postas, que trazem aí para esse resultado. Então eu acho que a responsabilidade da queda do número de passageiros deva recair em uma restrição, uma barreira para que os lotações possam ser mais competitivos, tampouco acho que faz sentido nós, vereadores, ficarmos criando barreiras para novos modais ou para que as diferentes ofertas de transporte possam ser competitivas, apenas para que uma delas não siga sofrendo por estar, na minha opinião... (Problemas técnicos no som.) ...razão completamente

distorcida da realidade em que atualmente se encontra. Então, saúdo a proposição, Ver. Paulinho, conte com o meu voto. Cumprimento todos os demais colegas nesta tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 088/20.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD): Sr. Presidente Pujol, senhores vereadores, eu acho que a gratidão deve ser uma virtude que o homem deve perseguir permanentemente. Estou dizendo isso para dizer que, quando fui presidente da Casa, eu tive no Ver. Paulinho Motorista um grande companheiro, um homem correto, sério, como tem sido ao longo da sua vida pública nos dois mandatos que exerceu. Eu acho que a Câmara perde, a cidade perde com a não reeleição do Paulinho. E eu quero dizer que o projeto dele é um belo projeto, sim, é apenas uma questão de operacionalização de *software*. Eu acho – e vou na esteira do que disse o Ver. Camozzato – que nós temos que perseguir a bilhetagem única na cidade. E eu, como defensor que fui, agora na campanha eleitoral, inclusive, do modal hidroviário – vou continuar defendendo isso –, acho que o cartão deve servir para todos os transportes concedidos da cidade, as permissões. Deve-se colocar o recurso ali. Volto a dizer: é uma questão simples de operacionalização de *software*, tem que fazer com que os *softwares* conversem entre si.

Eu reconheço vários argumentos dos vereadores aqui que disseram que talvez fosse melhor na rediscussão da questão do transporte coletivo de Porto Alegre nós discutirmos isso, mas o Ver. Paulinho não estará mais aí. Eu quero, em homenagem a ele, votar. Se o governo, amanhã ou depois, compreender que não é adequado ou que não é o momento, que também exerça o seu direito de veto e ofereça à sociedade de Porto Alegre uma alternativa diferente dessa. Mas, em homenagem ao Paulinho, ao homem correto que ele é, à forma correta com que ele se comportou comigo, Valter, quando presidente, com muita honra, fui desta nossa egrégia Câmara, eu quero manifestar o meu voto favorável.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A palavra continua à disposição das bancadas que ainda não se manifestaram. Dr. Luiz Afonso, existe algum requerimento nesse sentido?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Até agora não, Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Então daremos por encerrado o encaminhamento e daremos início à votação. Solicito ao Dr. Luiz Afonso que comande a votação.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, o PLL nº 088/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 32 votos **SIM**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro aprovado o PLL nº 088/20. Hoje ouvi a proclamação de V. Exa. a respeito da votação de 32 votos favoráveis e nenhum voto contrário. Essa unanimidade que se registra tem nome, chama-se carinho e respeito. Carinho, a figura do proponente, e respeito, a forma correta com que ele, durante oito anos, realizou as suas atividades legislativas, sendo muito firme nas suas posições, mas sempre tendo aquela franqueza e sinceridade de advertir o oponente, eventual, que não estaria de acordo com aquela posição. Esse é o Paulinho Motorista, com o qual nós convivemos nesses oito anos, e com o qual eu vou conviver nas ruas de Porto Alegre, enquanto vocês vão continuar trabalhando aqui na Câmara de Vereadores, com o mesmo empenho, com o mesmo fim, e, sobretudo, com o mesmo desejo de acertar. E eu tenho certeza que está no bojo dessa proposta, aparentemente simples, e que ele se preocupava, pois precisava votar, e eu assegurava para ele que, logo depois de suspensa essa trancada de porta, o seu projeto seria votado. Foi hoje, Paulinho, aprovado por unanimidade, uma homenagem a ti. E eu acho que nessa homenagem podiam ter alguns pronunciamentos que eu precisaria, especialmente do Ver. Valter Nagelstein e do vereador do partido NOVO, que diziam o seguinte, deve ter algum problema em si, mas estamos aqui para resolver esse problema e os vereadores estão aqui para propor soluções. Se a solução é mais adequada que se ajuste, se adeque e se leve adiante essas propostas. Parabéns vereador, encerro este projeto.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Votei “sim”, uma homenagem ao querido Paulinho, meu companheiro de bancada.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Votei “sim”, méritos ao Paulinho.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Votei “sim”, parabênzo o meu amigo Paulinho Motorista pelo belo projeto. Que deus abençoe você, meu amado.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Permita-me fazer só um reconhecimento: o lotação foi criado pelo Ver. Sadi Schwerdt, ex-lateral do Internacional, da Seleção Brasileira, um dos primeiros a irem para a Seleção Brasileira daqui do Rio Grande. Nós temos que fazer essa justiça. Agora, quero dizer que o Paulinho também vai ter essa marca, se Deus quiser. Paulinho, tu mereces! Está na hora, sim. Antigamente, lotação era para classe média e média alta, agora é para todos, para

todos os trabalhadores. Nós vamos votar favoravelmente, Paulinho. O teu bairro, a tua região vai sentir falta de ti. Votei “sim”, tu vais ficar marcado aí, gostamos muito de ti.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (PSL): Parabéns, Paulinho, pela iniciativa. Votei favoravelmente. Vamos sentir saudades tuas, Paulinho. Um abraço.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Olha, pelos argumentos do Ver. João Carlos Nedel, que eram os questionamentos que eu tinha, quero dizer aqui aos vereadores que tem horas que nós ouvimos o que contesta o MP, a Procuradoria, e tem horas que não ouvimos o que contesta a EPTC, que não anexou nada ao processo. Quero dizer isto: o projeto do Ver. Paulinho é maravilhoso, eu já falei, é ótimo. As questões técnicas, o Nedel respondeu. Eu votei “sim” com louvor, Ver. Paulinho. Que o povo volte a reconhecer o seu trabalho nesta Câmara de Vereadores.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Quero parabenizar o Ver. Paulinho Motorista. É um projeto que destrava o transporte público, e quem ganha é a população. Votei “sim”.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Parabéns, Paulinho, vai fazer falta na Câmara. Votei “sim”.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Parabéns, Paulinho, pela iniciativa. Votei “sim”.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Paulinho Motorista, na sua segunda fala, esclareceu as dúvidas que eu tinha; durante o debate foi propiciado isso. Depois da minha fala, eu peguei o projeto, li o projeto. Votei com o senhor, votei “sim”.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): É bom para o modal, é bom para a população, só falta agora flexibilizar os valores das tarifas. Votei “sim”. Parabéns, Paulinho.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Eu votei “sim” pelo direito da população de usar o cartão Tri onde quiser. Parabéns, Ver. Paulinho Motorista.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Vou falar rápido aqui. Eu me emocionei com as falas dos vereadores. Eu também vou sentir falta de vocês, saudade. Às vezes, eu estou pensando no Tarciso, no Bernardino, naqueles que nos deixaram. Muito obrigado pelo carinho de todos. Eu voto “sim” ao meu projeto, que, com grandeza, protocolei em homenagem à nossa população de Porto Alegre. Meu voto é “sim”. Fiquem com Deus.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Parabéns, Ver. Paulinho Motorista. Grande iniciativa! Meu voto, com certeza, foi “sim”.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PTB): Quero dizer que Porto Alegre vai sentir muita falta do Paulinho. Eu lamento muito que ele não esteja na próxima legislatura como cidadão, não como vereador. É um homem coerente, um homem dedicado, um homem muito ligado às suas bases, às suas raízes. És um grande representante, Paulinho, e esse teu um projeto coroa o final deste mandato, desta legislatura. Com meu abraço saudoso, meu voto também foi “sim”.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): É um projeto muito lógico, muito importante e razoável para a cidade. Eu votei “sim”.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Luiz Afonso, só para registrar também, além do voto “sim”, eu quero me somar aos que lamentaram a não eleição do Paulinho. Eu também acho que a cidade perdeu. Um abraço, Paulinho.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Antes de passar para o próximo projeto, coloco o requerimento do Ver. Cassio Trogildo, que eu sobrestive na ocasião, no qual o vereador solicita que seja priorizado na próxima segunda-feira, o PDL n° 007/20, quando esta Câmara se reunirá mais uma vez.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Sr. Presidente, é o PDL n° 007/20 que trata dos plantões dos servidores públicos. Solicito que seja o primeiro a ser apreciado na segunda-feira. Obrigado.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.). **APROVADO.**

Solicito ao nosso diretor legislativo que anuncie a próxima matéria a ser discutida nesta tarde.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. N° 0602/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N° 257/19, de autoria dos Vers. Adeli Sell, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga, Eng° Comassetto, Cláudio Janta, João Bosco Vaz, Mauro Zacher, Roberto Robaina, Aldacir Oliboni e Márcio Bins Ely, e das Ver^{as} Karen Santos e Cláudia Araújo, que tomba como patrimônio histórico-cultural do Município de Porto Alegre o Bará do Mercado Público. **(SEI 014.00039/2020-75)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH E COSMAM**. Relatora-Geral Ver^a Mônica Leal: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 07-12-20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito. Em discussão o PLL nº 257/19. (Pausa.) Não há quem queira discutir a matéria. (Pausa.) Em votação. (Pausa.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 257/19.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente Pujol. É para esclarecer aos colegas do que se trata a Emenda e tornar mais claro o ponto. Ao longo da leitura do projeto nós verificamos um problema, que, na minha opinião, pode ser corrigido pela Emenda, independentemente da posição de favorável ou contrária ao tombamento do Bará, a forma como o projeto descreve o próprio Bará, acaba sendo subjetiva e aberta, inclusive interferindo na própria atual legislação, sobre o tombamento do mercado público, e fazendo com que exista uma insegurança jurídica na interpretação de a legislação ser aprovada como está. Então, a Emenda visa apenas definir de uma maneira mais clara o que é a área do Bará, do que se trata o Bará; e para isso eu consultei os responsáveis que têm um maior conhecimento sobre o tema, para que pudéssemos ter a segurança jurídica que estamos efetivamente buscando, e não tivéssemos nenhum tipo de entendimento diverso sobre o tema, que é obviamente de interesse de toda a cidade de Porto Alegre. Então, esse é o teor da Emenda que é para tornar mais clara e objetivo do que se trata o Bará e o que poderá ser efetivado, que obviamente, se há o interesse de aprovar essa matéria, acredito que a Emenda colaborará nesse sentido, para dar mais clareza e segurança jurídica ao tema. Agradeço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

SR. PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 257/19.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Pujol, obrigado; obrigado ao Ver. Camozzato, e já disse a ele que pegou bem a questão; na verdade, ele deixa bem claro e objetivamente o que nós queremos. Esse é um projeto assinado por vários vereadores, como V. Exas. acabaram de ver. O Bará já tem o seu registro no Livro do Tombo do

Município, mas não tinha uma legislação específica àquilo que exatamente que o Camozzato acabou de colocar.

O mercado já é um prédio tombado, mas nós estamos falando dessa questão simbólica do Bará do mercado, por isso chamo o voto para que isso seja efetivado com a Emenda do colega Camozzato. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 257/19.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero agradecer por ter feito parte desse projeto, o Ver Adeli e eu discutimos muito esse projeto, para apresentar a esta Casa, e agradeço também a contribuição do Ver. Camozzato. Então, eu quero dizer que é um marco para as religiões de matriz africanas em Porto Alegre, o Batuque, Candomblé, Umbanda, Quimbanda, e principalmente, o povo da Umbanda. Quando todo filho de uma casa de religião faz o seu apronte, ele tem que ir lá no Mercado Público, no Bará, porque é um dos assentamentos que existe na cidade de Porto Alegre. Então, é importantíssimo nós ter esse marco religioso, dessas religiões de matriz africana, garantido, assegurado e tombado, independentemente do que possa vir a acontecer no futuro do Mercado Público, esse culto dessa religião, esses preceitos que são feitos a todos os seus seguidores, filhos, poderá seguir sendo realizado no que é feito, quando uma pessoa se batiza, numa religião de matriz africana. É importante e quero aqui prestar uma homenagem ao curador do Bará do Mercado Público, ao Pai Paulinho do Xoroquê, que está hospitalizado, e esperamos que se recupere de pronto, mas que vem cultuando o Bará, trazendo personalidades do Brasil inteiro, artistas, pessoas do movimento cultural, líderes religiosos de vários lugares do Brasil, para cultuar esse que é o Orixá dos Orixás, o Bará que é o homem da rua, o Bará que representa todo povo de rua, todo povo da Calunga, todo povo que abre os caminhos. E lá, no Mercado Público, que está, como bem disse o Camozzato, a pedra, o assentamento do Bará. Então, nós encaminhamos pela aprovação desse projeto que é um símbolo religioso da cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 257/19.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Muito obrigado, Presidente. Eu faço questão de falar com os colegas sobre esse assunto. Primeiro, trazendo uma questão pessoal minha, sou Cristão, sou Luterano, de uma denominação que nasceu, na verdade, de uma cisão e de uma busca pela liberdade de poder ter a sua crença, ter acesso à informação e às escrituras, enfim. Justamente, dentro desse conceito, eu quero

reforçar aqui que a liberdade religiosa é uma das liberdades que nós devemos sempre reforçar, resguardar e dar direito às pessoas a terem a sua religião, a terem a sua fé e a sua crença.

O projeto, portanto, vem ao encontro a isso, tanto na questão religiosa, como na situação histórica da nossa cidade. E eu quero reforçar aqui, com relação ao processo de concessão do Mercado Público, que foi gerenciado e conduzido pela gestão atual do prefeito Marchezan. Em nenhum momento o processo de concessão do Mercado Público oportunizaria a descaracterização tanto do Mercado, que já é tombado, a sua estrutura predial, como já foi colocado aqui pelos colegas, como também a situação do Bará, que inclusive, estava bem especificada e delimitada dentro do processo de concessão. Portanto, não haveria qualquer tipo de descaracterização ou de impedimento de as pessoas terem ali o seu culto, ou seu rito relacionado a este instrumento, ou equipamento, enfim, me foge aqui o termo adequado dentro das religiões que utilizam esse espaço. Mas faço aqui o encaminhamento sim, positivo, tanto à emenda, que no meu entendimento ela aperfeiçoa e deixa bem claro o processo nesse sentido, como também ao projeto. Eu votarei favorável tanto à emenda quanto ao projeto por esses pontos aqui levantados, sempre reforçando a liberdade de culto das pessoas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Vereadora Karen Santos, honre-nos com a sua manifestação, cinco minutos para Vossa Excelência. A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 257/19.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Nem vou usar todo tempo, Presidente. Também para encaminhar o voto favorável a este projeto, que é simples e de uma construção coletiva, das diversas matrizes africanas. Porto Alegre, que é a capital do País com maior quantidade de unidades tradicionais, conhecidas como terreiros; isso é uma especificidade da nossa cidade, que é uma cidade cheia de territórios negros: oito quilombos urbanos, mais de dez agremiações carnavalescas, dois clubes negros, o próprio Mercado Público enquanto um território negro, porque foi construído por escravizados. O Bará simboliza essa energia e é isto – energia -, gente, não é algo concreto, não é uma estátua, é energia, é troca, são os caminhos, é o diálogo, são as movimentações financeiras que ocorrem dentro de espaços como do Mercado Público. Eu acho que foi importante também a apresentação deste projeto para a gente desmistificar. Eu, Karen Santos, enquanto batuqueira, com orgulho, Nação Cabinda, de família de batuqueiros, também na luta contra a intolerância religiosa e este ódio que demoniza as tradições de matriz africana. É importante a gente conseguir firmar por lei que é legítimo, que é importante, que isso faz parte também da constituição desta Nação pluriétnica que é o Brasil. Tem diversas cosmovisões que dividem esse mesmo território continental chamado Brasil e é importante de a gente seguir avançando nessas discussões para principalmente contribuir com a formação política do nosso povo. É

sempre atravessado por vários embasamentos que desconfiguram, descaracterizam, desumanizam essas tradições africanas que já foram criminalizadas e que hoje ainda estão nesta luta e nesta resistência para serem legítimas, para que a gente consiga legitimar e legalizar os nossos espaços. Então, quero saudar essa articulação, essa síntese e nosso voto favorável a este projeto.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Consulto se existe alguma nova inscrição?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não, Presidente, não temos mais inscrições.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Eu dou por encerrado o encaminhamento e, antes de iniciar a votação, eu defiro o requerimento do Ver. Alvoní Medina de votação nominal da matéria. Começaremos votando, em primeiro lugar, a emenda proposta pelo partido NOVO, cujo teor já é do conhecimento geral, mas que eu solicitaria ao nosso diretor legislativo que, mais uma vez, lesse o que propõe a emenda para que os vereadores se sintam totalmente à vontade para exararem os seus votos, o que será imediatamente depois do solicitado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da Emenda nº 01 ao PLL nº 257/19).

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Alvoní Medina, a Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 257/19. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 27 votos **SIM** e 02 votos **NÃO**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro aprovada a Emenda nº01 ao PLL nº 257/19.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Votei “sim” pela segurança jurídica, diretor.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Alvoní Medina, o PLL nº 257/19. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM**, 02 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro aprovado o PLL nº 257/19. Cumprimento os autores e enfatizo a circunstância de que manifestações diversificadas, de pessoas que possuem religiões diversificadas também, todos eles acabaram, na sua expressiva maioria, pelo reconhecimento desse símbolo religioso que as igrejas de matriz africana tanto cultivam. Meus cumprimentos a todos.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Votei “sim” pelo Bará do Mercado.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Pela representatividade histórico-cultural, por não interferir no processo de concessão à iniciativa privada do Mercado Público e também pela liberdade de culto, a mesma que eu desejo para todas as denominações cristãs, eu voto “sim”.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD): No meu período, quando eu sucedi o Ver. Idenir Cecchim como secretário da SMIC, é que nós fizemos aquela obra de arte que está ali no centro, que é o assentamento do Bará. Independentemente de qualquer bobagem que qualquer um diga, eu acho que o que vale é a história de cada um de nós. Hoje, diretor Luiz Afonso e Sr. Presidente, se acende a última vela de Hanuká. Eu, talvez, aqui, dos vereadores, sou o que professa a religião mais antiga, e a minha religião proíbe, evidentemente, culto a estátuas e outras questões, mas isto vale para mim, e a liberdade religiosa é sagrada, eu não posso querer impor aos outros. Então, com muito respeito, pois já valeu para o meu povo, pois ele celebra exatamente isso, a possibilidade de hoje acender a última vela, é que eu voto favoravelmente para que cada um professe a fé; caminhos diferentes chegam ao mesmo Deus que é o Deus que faz o bem. Voto “sim”.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (PSL): Luiz Afonso, como pastor, como cristão, essa não é a minha fé, mas eu respeito a fé dos outros, das pessoas que convivem comigo, e, pela paz e pela harmonia, eu voto “sim”. Eu estava sem conexão na emenda, por isso não pude votar.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Diretor, eu voto “sim” e fico muito contente com essa possibilidade, porque, quando fui secretária de estado da cultura, consegui fazer o livro, através da Lei de Incentivo à Cultura, sobre as religiões afro. Então fui pioneira e é uma satisfação votar este projeto.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Devolvo a palavra ao nosso diretor legislativo para que anuncie a próxima matéria que será objeto de exame desta Casa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Após o encerramento da votação, tivemos uma declaração de intenção de voto, mas, na verdade, o registro só refere Mauro; como temos dois vereadores com o mesmo nome, gostaria que se identificasse qual deles para que possamos deixar registrado. (Pausa.) Informado de que se trata do Ver. Mauro Zacher.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Eu não consegui, por causa da conexão, mas deixo registrada a minha intenção de votar favoravelmente ao projeto.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Cláudio Janta pede a palavra.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, nobres colegas, ainda ontem, quando o Ver. Paulo Brum estava presidindo, eu fiz essa questão de ordem já com encaminhamento. Eu acho que nós temos vários projetos que são consenso ou que possuem mínima divergência. Acho que poderíamos fazer um grande bloco desses projetos e votarmos todos de uma vez, e deixar os que podem ter alguma divergência para encaminhar depois. Eu estou em casa, como todos os colegas. Nós fizemos sessões na Câmara, em finais de ano, que foram até a meia-noite ou mais. Então acho que podíamos agilizar um pouco isto, já que temos vários projetos que eu não vejo dificuldade de criarmos um bloco; cada vereador intervém no projeto que acha que deve intervir, se houver necessidade, e nós encaminharmos, seja a favor ou contra, para agilizarmos. Para cada projeto, estamos levando quase uma hora até a sua votação. Então seria essa a questão de ordem, com encaminhamento, como já fiz ontem à tarde. Muito obrigado.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Com relação à sua questão de ordem, Ver. Cláudio Janta, assinalo que temos 21 projetos na Ordem do Dia para serem examinados. Reconhecendo que a primeira das votações ocorreu com discussão, realmente, V. Exa. tem razão, estamos encaminhando pouco. Se V. Exa. entende que é possível, junto com as demais lideranças, fazer uma composição para que se vote em bloco alguns projetos, tirando essa proposta da emenda nº 05 que está automaticamente transferida para ser a primeira na sessão de segunda-feira, as demais, se houver alguma matéria que as lideranças entendam que podem ser votadas em bloco, nós acolheremos essa proposta e faremos votação simplificada.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Mauro Pinheiro pede a palavra.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente, seguindo a indicação do Ver. Cláudio Janta, para tentar contribuir; nós poderíamos, após a sessão, construirmos esses blocos para que na segunda-feira possamos votar esses projetos. Se algum vereador discordar de votação em bloco de algum dos projetos, podemos fazer a discussão e encaminhamento em separado. Nós poderíamos até o final do dia de amanhã fazer essa construção dos blocos, porque acho que agora ficaria difícil a construção e o acordo. Minha sugestão é para que após a sessão façamos a construção dos blocos para votação na próxima segunda-feira. Muito obrigado, Presidente.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente, na verdade, isso é perfeitamente possível de ser feito, mas com alguns detalhes técnicos; só podem ser formados blocos com projetos que exigem o mesmo quórum, por exemplo: projetos com maioria simples pode-se fazer um bloco; projetos com maioria absoluta um outro bloco; obviamente, título de cidadão não é possível votação em bloco, tem que ser votado individualmente; também teríamos que ver os projetos com emendas, porque projetos com emendas criam uma certa dificuldade de votação em bloco. Enfim, são essas as questões técnicas, mas dá para se estudar para poder aproximar alguns projetos.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em verdade, as colocações feitas pela diretoria legislativa, de certa forma já antecipada pelos proponentes, essa existência de peculiaridade entre as matérias impediria a formação de um bloco único; então eu entendo qual é a proposta e consulto aos senhores vereadores e especialmente às lideranças se poderíamos, na segunda-feira, fazer uma reunião com os líderes, com o colégio de líderes, para as 10h30min de segunda-feira, para que se estabeleça essa composição, que já pode ser dialogada entre os líderes durante o final de semana. Seria o encaminhamento para atender à solicitação dos vereadores que querem evitar o prorrogamento excessivo dos debates, que eventualmente possam surgir, em torno das matérias. Como reage a Casa com relação a essa nossa improvisada proposição?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente, posso ajudar na questão. A diretoria legislativa poderia formular e fornecer — sem prejuízo dessa reunião de segunda-feira, para auxiliar os srs. Líderes — uma tabela com aqueles projetos que podem ser votados em bloco, de acordo com a sua natureza. Faça isso amanhã, passo para os líderes e na segunda-feira se arremata.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Tudo que possa ajudar é por mim bem recebido e aplaudido. A diretoria legislativa, com a sua independência, com a sua responsabilidade, se propõe a fazer algumas propostas objetivas de matérias cuja similaridade permita a votação em blocos que agilizem as nossas decisões. Se houver o entendimento da validade e da eficácia dessa proposta, eu me proponho a fazer a reunião na segunda-feira. Solicito que todos fiquem em contato com a diretoria

legislativa para eventualmente colaborar no trabalho que ela irá realizar até aquela data. Vamos fazer um esforço no sentido de que na segunda-feira possamos deliberar um número consistente de projetos, permitindo ainda que se faça uma reunião conjunta para nos inteirarmos de algumas situações e, na terça-feira, já em sessão extraordinária, possamos fazer a derradeira reunião da nossa legislatura, com o compromisso recíproco de começarmos a votar e só terminarmos depois... (Problemas na conexão.)

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Seguimos votando, Presidente. Vamos adiantar o que der, é cedo ainda. Se tivesse como organizar isso agora, tudo bem, mas como não tem, vamos votando. Quanto mais nós liberarmos, melhor.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Vamos, então, votar esta matéria, a lei autorizativa proposta, depois a gente suspende a sessão porque o número cinco já está projetado para ser o próximo da sessão de segunda-feira.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0212/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 104/19, de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, que determina a doação de alimentos apreendidos pelo serviço de vigilância sanitária municipal e pelo Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária dos produtos de origem animal e vegetal a instituições públicas ou privadas que detenham a guarda temporária ou permanente de animais nativos, exóticos ou de estimação no Município de Porto Alegre. **(SEI 004.00087/2020-73)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Adeli Sell: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga;
- incluído na Ordem do Dia em 02-12-20 por força do art. 81 da LOM.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em discussão o PLL nº 104/19. (Pausa.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Prof. Alex está com a palavra para discutir o PLL nº 104/19, como autor.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol, colegas, vereadores, vereadoras, este projeto, na verdade, é um projeto que dá, de

certa forma, amparo jurídico a uma ação que já é realizada no Município de Porto Alegre. Os agentes de fiscalização da nossa vigilância sanitária, quando apreendem alimentos, por exemplo, alimentos que não tenham procedência, que não estão com a nota fiscal, e não podem ser recuperados pelos proprietários da carga, geralmente são levados até o aterro sanitário, ali na Lomba do Pinheiro, mas existe uma parceria informal entre a nossa vigilância sanitária e o Zoológico de Sapucaia do Sul. Antigamente havia também com o Pampa Safari, instituição que já não existe mais. Esses alimentos eram destinados a essas instituições para alimentar os animais que vivem lá, mas infelizmente não havia amparo legal para esse tipo de atividade, para esse tipo de ação. Então, o projeto foi construído com a interlocução, com os agentes de fiscalização do nosso Município; o nosso mandato reuniu-se duas vezes com a coordenação da vigilância sanitária; colhemos informações, colhemos sugestões; e construímos essa iniciativa legal, que apresentamos ao parlamento do Município de Porto Alegre. E o Ver. Adeli Sell, que foi o relator do projeto na CCJ, apontou um pequeno óbice, porque existe uma lei superior que proibia, por exemplo, a destinação de algumas classes de alimentos, e nós, através da emenda, fizemos a supressão desse trecho num dos artigos do projeto de lei, sanando o problema apontado pela nossa CCJ. Então, é um projeto de lei que visa a dar amparo legal a uma atividade que já é feita na nossa cidade. Isso, de certa forma dá um resguardo legislativo para os trabalhadores do Município de Porto Alegre, em especial da Vigilância Sanitária, e também abre a possibilidade para que outras instituições cadastradas junto ao Município possam também fazer a percepção desses alimentos apreendidos. Muitas vezes o zoológico de Sapucaia do Sul não tem interesse na carga porque a quantidade de alimentos pode ser pequena, mas isso pode ajudar, e muito, algumas entidades que têm a guarda de animais, principalmente animais domésticos, mas que sofrem uma penúria econômica e não conseguem dar a subsistência necessária para os animais sob a tutela dessas instituições. Então, isso possibilitaria que uma quantidade maior de alimentos não tivesse o destino do aterro sanitário e pudesse ser revertida em alimentação para os animais da nossa cidade. Eu agradeço a tenção de todos e espero que nós tenhamos a aprovação dessa iniciativa que visa apenas a dar amparo legal ao que já ocorre na nossa cidade. Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol, e agradeço a atenção de todos os colegas.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLL nº 104/19.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Sr. Presidente, eu queria aproveitar o tempo de discussão para colocar uma dúvida. Analisando o projeto e reconhecendo o mérito deste, parece-me que não fica claro na redação, embora conste na justificativa, que uma vez que constatado que esses alimentos não servem para consumo humano eles possam ser destinados aos animais. A gente sabe que algumas apreensões de alimentos, que estão em perfeitas condições de consumo humano, e já há

algumas ações do Executivo que destinam isso para entidades assistências, de caridade e tudo mais. Então, acho que ficaria bacana a gente esclarecer isso para que eventualmente não prejudicássemos a destinação à caridade para pessoas que necessitam de alimentos em detrimentos dos animais, que é intenção do Ver. Alex, e ele atesta essa intenção de não prejudica um ao outro na justificativa, mas não encontrei esse respaldo no texto do projeto. Eu agradeço e deixo essa sugestão para talvez seja feita uma emenda ou não sei como pretendem encaminhar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o PLL nº 104/19. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Eu serei bastante rápido, Ver. Reginaldo Pujo, somente para esclarecer o questionamento do Ver. Felipe Camozzato a respeito da dúvida que ele tem, mas a Legislação veda completamente a destinação de alimentos apreendidos pela vigilância sanitária para alimentação humana. E isso fica bastante evidente no relatório feito pelo Ver. Adeli Sell, e aí eu contra-argumentei dizendo que a destinação é exclusivamente para alimentação animal, que inclusive tem critérios diferenciados com relação aos níveis permitidos para alimentação, com relação a questões de temperatura, deterioração, então, são outros critérios, e um pouco mais flexíveis até. Eu gostaria também de, nesse tempo de encaminhamento, agradecer a atenção do Ver. Ramiro Rosário, que conversou comigo e compreendeu a real intenção deste projeto. Muito obrigado, Ver. Ramiro Rosário. E vamos, então, a votação da iniciativa.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o PLL nº 104/19 e sua Emenda nº 01 (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADOS**, com a contrariedade do Ver. Mendes Ribeiro

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Acho que a ideia é excelente, mas o projeto tem problema de inconstitucionalidade como colocou o Procurador da Casa.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Eu me sinto à vontade, depois de tudo o que nós conversamos, de encaminhar o término da presente sessão, com o compromisso de, segunda-feira, às 10h30min, na reunião de lideranças ampliada, discutir com os amigos a montagem de uma estrutura de votação para ser desdobrada na tarde, com a colaboração da diretoria legislativa que irá nos fornecer informações a

respeito de vários projetos que possam ser unidos num bloco e serem votados coletivamente. Por hoje, agradeço a colaboração de todos.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h21min.)

* * * * *